



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Seminário	Nº: 1862/11	DATA: 10/11/2011
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 17h39min	DURAÇÃO: 03h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h06min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HUMBERTO VIANA – Secretário Nacional de Defesa Civil.

SARAH MARCELA CHINCHILLA CARTAGENA – Coordenadora de Comunicação de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina — CEPED/UFSC.

RICARDO NEIVA D'ORSI – Gerente de Programas Especiais da GEORIO, representando o Sr. Márcio José Mendonça Machado, Presidente do GEORIO/Centro de Monitoramento da Cidade do Rio de Janeiro.

MARCOS RIBEIRO FERREIRA – Representante do Conselho Federal de Psicologia.

SUMÁRIO: I Seminário sobre proteção e defesa civil no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Camilo) - Informo aos senhores que daremos início às atividades da tarde em 5 minutos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Boa tarde, colegas Parlamentares membros da Comissão Especial que trata de Medidas Preventivas Diante de Catástrofes Climáticas.

Hoje nossos convidados são colegas da área da Defesa Civil do Distrito Federal e dos demais Estados.

Damos início à segunda parte do nosso I Seminário, organizado pela Câmara dos Deputados, sobre proteção e defesa civil no Brasil. Como expomos pela manhã, nossa ideia é colher subsídios para que possamos fechar proposta diante do trabalho realizado por esta Comissão. Devemos apresentar ao Plenário da Casa e a seu Presidente uma proposta de código de proteção civil para o País.

Seria muito mais fácil para os Parlamentares manter as reuniões que realizamos às terças-feiras ou às quartas-feiras e, considerando as andanças que fizemos pelos Estados, apresentar uma proposta ao Plenário. Mas, Coronel Humberto, Sr. Secretário Nacional, achamos que essa não seria uma proposta para o Brasil. Tratar de proteção civil, de defesa civil, é tratar da vida das pessoas. Portanto, decidimos acolher a proposta de realizar dois dias de debates em torno do relatório apresentado, das experiências vivenciadas nos Estados e também no exterior, acompanhadas pela ONU aqui desde a manhã, e das experiências de reconstrução no Japão.

Ao apresentar uma proposta para o Congresso Nacional sobre código de proteção civil, daremos nova modelagem e cara à defesa civil no Brasil, bem como valorizaremos as ações de defesa civil para que passem a ser ações de Estado e não de cada Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal. Iremos valorizar também a ação de vocês que estão na ponta, ajudando a preservar e a salvar vidas.

Portanto, agora daremos início ao segundo encontro do primeiro dia. Amanhã encerraremos as atividades até às 13 horas, no máximo, quando entregaremos os certificados de participação a todos os colegas.

No período da tarde, o Deputado Ademir Camilo, também membro da nossa Comissão, coordenará os trabalhos, bem como fará a composição da Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Camilo) - Obrigado, Sra. Presidente, Deputada Perpétua Almeida.

Inicialmente, quero dizer do meu orgulho, simpatia e do meu esforço de ter, sob sua presidência, percorrido algumas unidades da Federação, discutido e aprendido com diversas autoridades um pouco mais sobre proteção civil. Tivemos diversos encontros.

Reiniciando os trabalhos do período da tarde, esta Mesa conjunta tratará dos temas *Diagnósticos e Ações Emergenciais, Reconstrução e Ajuda Humanitária*.

Como já disse, tivemos oportunidade de percorrer vários Estados e a satisfação de encontrar a quem chamo agora para compor a Mesa: o Coronel Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil. Tenho certeza, Coronel, que a sua história ficará marcada junto ao Ministério por ter defendido, batalhado e, ao final, junto com a Comissão, ter encontrado os caminhos para uma defesa civil melhor no País. Desde já parabenizo o senhor pelo trabalho que exerce frente à Secretaria.

Convidou também para compor a Mesa a Sra. Sarah Marcela Chinchilla Cartagena, Coordenadora de Comunicação de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina — CEPED/UFSC; o Sr. Ricardo Neiva D'orsi, Gerente de Programas Especiais da GEORIO; representando o Sr. Márcio José Mendonça Machado, Presidente do GEORIO/Centro de Monitoramento da Cidade do Rio de Janeiro; o Sr. Marcos Ribeiro Ferreira, representante do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Marcos Túlio de Melo, engenheiro civil e Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CONFEA.

Passo a palavra ao Coronel Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil, para tratar dos temas *Diagnósticos e Ações Emergenciais, Reconstrução e Ajuda Humanitária*.

O prazo é de 20 minutos, mas como o Coronel é a maior autoridade hoje em defesa civil no Governo Federal, todos aqui presentes e aqueles que nos assistem pela Internet devem entender que o Coronel pode usar o tempo que achar necessário, para nos brindar com suas palavras. Desde já agradeço ao senhor a presença.



Gostaria, ainda, de informar que a Secretaria está disponibilizando uma pasta para que os senhores passam acompanhar as exposições.

O SR. HUMBERTO VIANA - Boa tarde a todos.

Cumprimento a Sra. Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, o Deputado Ademir Camilo, meu amigo, e os demais companheiros da Mesa.

Assim como pela manhã, faço referência aos meus colegas aqui presentes: Secretários Estaduais e Secretários Municipais de Defesa Civil, Coordenadores Estaduais e Municipais, companheiros que labutam no tema da proteção civil, especialmente o Corpo de Bombeiros.

Hoje à tarde, mais preparado, cumprimento a unidade que tive o orgulho de comandar e, para mim, é uma satisfação muito grande que os senhores estejam aqui.

Inicialmente, gostaria de dar algumas informações preliminares. A iniciativa de discutir o tema proteção civil chega, sinceramente, com atraso para entrar na pauta do Congresso, para ter a evidência de estar numa agenda nacional, o que já deveria ter ocorrido há algum tempo.

Infelizmente, o fato que motivou essa discussão nacional foi o evento do Estado do Rio de Janeiro. Tínhamos recém-chegado à Secretaria Nacional e foi o nosso batismo, embora eu possa lhes afirmar...

Eu queria fazer uma referência ao Cel. Toni, do Corpo de Bombeiros do DF, que comanda os nossos companheiros, e agradecer ao Cel. Blum e ao Comandante Márcio a presença.

Como dizia, foi necessário um grande desastre no País para que o tema viesse a ser discutido da forma como está sendo discutido hoje.

Afirmo, com muita tranquilidade e transparência, Presidente, que o trabalho desenvolvido pela Comissão — acompanhei os senhores em alguns momentos de audiências públicas pelo País — não é fácil.

Lembro-me de um comentário feito hoje pela manhã: o tema defesa civil ainda não se encontra na pauta dos Parlamentares como um todo. Sabemos disso. Mas nós que operamos defesa civil temos um pouco de culpa nessa ausência do tema na pauta parlamentar.



Porém, a hora que estamos vivendo não é de apontar culpados, mas de buscar as soluções para que possamos, de forma segura e eficaz, atender a população brasileira que, ao longo dos anos, vem sofrendo muito. Os senhores imaginem mil óbitos só em um acidente! Perdão, fui corrigido pelo Cel. Lucas: não dizer acidentes, mas sim desastre. Só em um desastre morreram mil pessoas.

Não é possível conviver com isso no Brasil. A responsabilidade não é só da Defesa Civil. Sabemos que a responsabilidade é de todos. Afirmo aos senhores, também com muita segurança e tranquilidade, que nós sabemos fazer defesa civil no País.

Fui a todos os Estados brasileiros este ano e fui a vários Municípios. Existe muita boa experiência nos Estados brasileiros. Isso faz com que possamos afirmar — não vamos fazer especificações — que temos experiência e sabemos fazer defesa civil. O que nos faltava? O que nos faltava, então, se temos experiência, temos pessoas dedicadas ao tema, operadores, trabalhadores cuidando da proteção da sociedade? Faltava-nos este momento, faltava-nos a oportunidade de revermos toda a nossa legislação.

Então, nós que fazemos defesa civil no dia a dia do País devemos encarar esta como uma bela oportunidade de nós nos reestruturarmos. O momento é este.

Tive a oportunidade de ser Secretário Municipal, Secretário Estadual, e estou agora na Secretaria Nacional. Aprende-se a fazer defesa civil. São mais de 30 anos e, naturalmente, acabamos aprendendo a fazer defesa civil, além das experiências que tivemos dentro do Brasil e a oportunidade que nos deram fora do País.

Repto, Deputado: esta é a melhor oportunidade que a Defesa Civil no Brasil teve nos últimos anos. Por que é a melhor oportunidade? Infelizmente, decorrente de um fato grave, a Presidenta Dilma determinou que reestruturassemos a Defesa Civil.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido desde março. Reunimo-nos várias vezes com coordenadores estaduais, secretários municipais, secretários estaduais, enfim, responsáveis por defesa civil no Brasil. Discutimos e, até hoje, ainda continuamos tentando definir qual é a melhor modelagem que precisamos para isso. Isso está sendo feito também.



Na oportunidade em que a Comissão, que a Deputada Perpétua preside, para tratar o tema...

Eu diria, Deputado Camilo, com muito prazer, que há uma coincidência muito grande das conclusões a que os senhores chegaram, das conclusões a que nós que operamos defesa civil chegamos, das conclusões que certamente o Senado também trará. O Governo Federal tem uma comissão na Casa Civil, da qual eu faço parte, que está também estudando o tema. Eu creio que não tivemos oportunidade melhor do que essa.

A responsabilidade de fazer com que a proteção da sociedade acompanhe o mesmo ritmo de crescimento, de desenvolvimento social e econômico que o Brasil atravessa é de todos nós. Nós não podemos prescindir da colaboração de ninguém. Temos o caminho apontado. Então, a responsabilidade passa pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelas Prefeituras, pelos Estados.

Nós não tivemos um momento historicamente como este, em que há interesse dos principais formadores de legislação no País em estarem voltados para o mesmo tema. Esta é uma grande oportunidade, e nós devemos aproveitá-la.

Sem nenhuma vaidade, sabemos os caminhos, mas precisamos sim estruturar a legislação, precisamos de equipamento, de formação de quadros técnicos, de aprender com outros países.

Aproveito para repetir a informação dada pela manhã: o Governo brasileiro passou a fazer parte, desde o último domingo, do INSARAG. O INSARAG é formado por um conjunto de países, coordenado pela Organização das Nações Unidas, que cuida de busca, resgate e salvamento em casos de grandes desastres.

O Brasil não fazia parte do INSARAG, e nós não entendíamos o porquê. Fomos autorizados pelo Governo a dele participar e contamos hoje com esse apoio internacional. Pelas informações que recebemos na décima reunião das Américas, que ocorreu no Brasil, domingo e segunda-feira passados, qualquer ajuda humanitária internacional com técnicos e equipamentos chegará ao Brasil em até 48 horas.

Então, neste momento em que reestruturamos o sistema nacional, nós também ganhamos a oportunidade de fazer parte desse seletí grupo. O Brasil,



naturalmente, a partir do momento em que se habilita a receber ajuda, também se habilita a levar ajuda.

Só para citar um dos vários exemplos que tenho, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem uma grande *expertise* nisso. Já saiu para outros países.

Gostaria de informá-los também que estamos hoje, já um pouco dentro do tema, desenvolvendo o Atlas Brasileiro de Acidentes, no qual há várias subdivisões. Trata-se de um estudo que está sendo feito sob a coordenação do Ministério da Integração. Contratamos a Universidade Federal de Santa Catarina, que tem uma boa experiência no tema, e juntamos os dados dos últimos 25 anos, por Estado e Município, que havia registro jornalístico formal às defesas civis ou particulares, e desenhamos o Atlas Geográfico Brasileiro de Desastres.

Essa é uma grande contribuição, Deputado Camilo, que vai se juntar a outras plataformas das quais nós fazemos parte. Nós estivemos, neste ano, em Genebra. Um dos nossos representantes esteve presente lá, fruto da reunião que houve no Japão. Nós aderimos a esse movimento. O Brasil está se preparando.

Convém ressaltar que não era minha proposta dizer o que nós fizemos neste ano, mas o tema me provoca para que eu cite alguns exemplos. Realizamos simulados pela primeira vez no País, coordenados pela Secretaria Nacional, com o apoio de Estados e Municípios. No Nordeste, realizamos na Bahia, em Alagoas e em Pernambuco, e na região serrana, principalmente nos 3 Municípios mais atingidos: Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Ressalto que no próximo dia 13 realizar-se-á mais um exercício com implemento de novos equipamentos.

Neste momento, temos uma equipe da Defesa Civil Nacional que vai passar mais de 30 dias fora de Brasília, preparando as populações das áreas de risco dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. Por que chamamos atenção para isso? Nada fará melhor à população do que ela estar preparada. Evidentemente que os Governos Federal, Estadual e Municipal têm as suas responsabilidades sobre os desastres, mas é preciso que tenhamos a compreensão de que o Prefeito também precisa ter responsabilidades.

Eu vi, nas exposições da manhã, depoimentos muito bons sobre a ocupação desordenada do solo. (*Pausa.*)



Estou fazendo uma consulta, porque esqueci o nome que está na Constituição sobre ocupação do solo. (*Pausa.*) Plano Diretor. Sempre esqueço este nome.

Em 1988, na Constituição, foi a primeira vez que se tratou do Plano Diretor. Nós temos mais de 5.500 Municípios no País. Não é hora de procurar culpados, Presidente, mas é preciso que tenhamos os dados. Quem tem Plano Diretor no País? Quem tem e cumpre o Plano Diretor? E depois o que acontece? Mortes, destruição, pessoas sem casa, entes que se vão, enfim. Aí essa conta cai no colo da Defesa Civil. Então, é preciso que tenhamos essa compreensão como cidadão, que também tem um papel nessa questão.

E aqui, mais uma vez, repito: não estamos acusando nem discriminando ninguém, mas o cidadão também é responsável. Quantos bueiros de rua estão entupidos no País? Quem faz isso? Quantas vegetações naturais, de áreas de encosta de riscos são retiradas para construir casas? Mas no final da temporada morrem pessoas. Quantos cursos de capacitação nós fizemos para identificar lideranças que nos ajudem! Elas estão na ponta e percebem, Deputado, antes dos equipamentos, que há riscos para que nos informem, e isso se perde de um ano para o outro.

Por que grandes investimentos em capacitação?

Eu ouvi a nossa Presidente, Deputada Perpétua Almeida, dizer de manhã: “*Mudou o Prefeito, mudou o Governador, muda a equipe. Não há memória, às vezes fica uma pessoa ou outra. Não dá para isso continuar acontecendo.*”

Outro aspecto que julgo importante sublinhar é o fato de que a nossa cultura foi montada em cima de respostas. Quando há qualquer tipo de desastre, não houve ou houve pouca ação preventiva, sobretudo as ações preventivas estruturadoras.

Então, temos que virar o jogo dessa cultura reativa, de esperar que os desastres ocorram para depois ir buscar recurso do Orçamento federal para tentar remediar o que já aconteceu. A lógica é inversa. Temos, sim, que aplicar recursos em prevenção.

Alguns dados foram passados pela manhã, mas faziam parte também do meu glossário e vou ter que repeti-los. Para cada 1 real, no Brasil, investido em obras de prevenção, equivale a 7 reais de obras de resposta. O Custo Brasil disso é muito



alto. Este ano nós recebemos um passivo de 1,4 bilhão de reais — 1,4 bilhão de reais. Isso se deve a uma cultura de resposta e não de prevenção.

Eu faço um apelo à Presidente Perpétua Almeida, ao Deputado Camilo no sentido de que tenhamos orçamento próprio. A Defesa Civil trabalha com medida provisória, o que nos dá um atraso muito grande no termo resposta. Podemos colocar isso no orçamento.

Faço um apelo aos Prefeitos e Governadores para que também invistam em obras preventivas.

Se já temos um mapa razoável do País e sabemos onde há recorrência grave — sei de vários Estados onde há recorrência, e os senhores também sabem — por que, em vez de esperarmos que chegue o verão, de preparar a população com simulados, com compras de equipamentos, não investimos em uma obra de mitigação, que seja estruturadora, preventiva e segure o que está acontecendo?

Um exemplo bem simples é o de Pernambuco, que em menos de 1 ano teve duas recorrências de enchentes na mata sul do Estado. E fui Secretário Estadual de Pernambuco. O que aconteceu? Isso não ocorre há 2 anos, mas vem ocorrendo há muitos anos, e nós não fazíamos obras estruturadoras. O Governador do Estado, Eduardo Campos, fez um esforço no sentido de determinar a construção de quatro barragens ao longo dos Rios Una e Serinhahém. Essas barragens vão conter todo o volume de água que irá atingir as mesmas cidades da região no próximo inverno. Isso é o que nós precisamos fazer.

A história de Blumenau é muito bonita e inteligente. Eu ouvi o Prefeito de lá dizer que todos conhecem a característica de Blumenau: uma cidade com muita cultura alemã. Os índios chegaram a Blumenau antes de qualquer tipo de população. Os índios foram os primeiros a chegar lá. Eles perceberam que o vale era a área que seria atingida por grandes avalanches. E o que os índios fizeram? Mudaram para a parte alta da cidade. Estou vendo uma catarinense balançando a cabeça, o que significa que estou certo na história.

A população civilizada chegou e ocupou o Vale do Itajaí, em Blumenau. O que aconteceu?



Estou sendo informado de que ocupou aquela área porque não havia índio, mas eu não me refiro a isso. Refiro-me ao fato de que o índio foi inteligente para perceber que ali não era habitável. Ele saiu de lá, mas a população foi para lá.

Há quantos anos Blumenau sofre? Eu estive lá neste ano pelo menos três vezes. Sobrevoei e vi o drama das pessoas. É terrível, é terrível aquilo. Vi locais em que o nível da água se elevou 11 metros no centro da cidade. E as pessoas estão lá. Mas há o outro lado: a população é brilhante, recupera-se, a cidade ficou limpa em menos de uma semana, depois de tudo o que eu vi. Eu fui lá ver — inclusive fui à Oktoberfest — a convite do Prefeito. Pouco depois, a cidade estava limpa.

Julgo importante abordar aqui — um pouquinho fora, Deputado Camilo, da pauta que o senhor nos determinou — que há ainda uma questão que precisa ser melhor discutida. E nós precisamos fazer um esforço conjunto para defendermos essa bandeira, ou seja, a criação da carreira de defesa civil. Todos nós sabemos com muita clareza que sentimos falta nos segmentos de Defesa Civil, desde os NUDECs, núcleos na ponta, às COMDECs, aos Estados, à União. Precisamos ter agentes de carreira na Defesa Civil por tantos motivos, entre os quais eu citaria e sublinharia a memória da Defesa Civil nos Estados e Municípios, com raríssimas exceções. Pode-se consultar, porque não há um banco de dados que se possa, por meio de uma estatística bem elementar, definir uma política pública em cima de números. Isso ocorre porque não há funcionário fixo. Às vezes ele sai, faz o *backup* dos dados e leva os dados. Acredito que valerá a pena tentar lutar mais um pouco pela carreira de defesa civil.

Pelo que eu entendi, não seria atribuição da Comissão sugerir criação de carreira. Não é de sua competência, mas já descobrimos que existem outros mecanismos que podem ser sugeridos para solicitarmos um formato, a fim de que o Estado tenha o seu técnico de carreira de Defesa Civil. A União já tem. O Governo Federal já tem de alguma forma. Mas os Municípios não têm. Isso tem nos causado grande prejuízo.

Já estou encerrando. Quero aproveitar para fazer um agradecimento — não custa nada reconhecer isso — às Forças Armadas Brasileiras, que têm tido um papel muito importante. Hoje eu ouvi o depoimento do Cel. Gervásio sobre a relação



que o Estado mantém nesses momentos com as Forças Armadas, no sentido de apoiá-los.

Eu faço esse agradecimento porque é justo. Eles também têm suas dificuldades. Pediram-nos, Deputado, que entregasse, até a primeira quinzena de dezembro, um plano emergencial para convivermos, em dezembro, janeiro e fevereiro, com o verão que teremos nas regiões recorrentes, que já conhecemos. E mais especificamente o Exército Brasileiro receberá alguns equipamentos, que vão ficar descentralizados no País, nas cinco regiões, para serem usados no momento em que precisarmos, por exemplo, de transportar pessoas que estiverem ilhadas, vítimas de qualquer desastre. É muito comum em algumas regiões destruição de ponte ou a própria enxurrada levar a estrada e a população ficar ilhada. Nós contamos com aviões do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para levar alimentação, socorrer pessoas.

Mas eu sei que os Estados põem também suas aeronaves e seus helicópteros à disposição. É preciso reconhecer e fazer o agradecimento às Forças Armadas pelo apoio.

Nós temos um regulamento que funciona da seguinte maneira: as Forças Armadas só serão acionadas a partir do momento em que a Secretaria Nacional ativar esse mecanismo. Isso está sendo cumprido. Eu me ligo diretamente ou com o Ministro da Defesa ou com o Estado-Maior das Forças Armadas e solicito-lhes. Não existe relação de subordinação. Não é isso. É simplesmente dizer: “Olha, nós estamos precisando”. E eles têm-nos atendido.

Eu fiz esse registro porque tenho andado pelo País e sempre há a presença da nossa Polícia Militar, da Polícia Civil, dos Corpos de Bombeiros, de médicos, de assistentes sociais, de técnicos, de psicólogos. Portanto, todos estão presentes para nos ajudar.

Eu fui muito do meu tema. Estou encerrando, realmente. Fui muito do foco do tema, porque achei que o momento é oportuno para fazer um balanço do que está acontecendo.

Por fim, registro o meu agradecimento à Deputada Perpétua, ao Deputado Camilo, pelo empenho. Eu vi o trabalho deles, acompanhei-os. Espero muito, Deputado e Deputada, dos senhores. Confio muito no trabalho que irão fazer para



aprovar tudo o que está no relatório. Este é o papel dos Deputados. Nós vamos cobrar dos senhores, para termos uma Defesa Civil estruturada. E que não morram tantas pessoas no Brasil vítimas desse desastre. Esse papel é de todos nós.

Eu convoco todos os atores da defesa civil que estão aqui a se engajar na mesma linha de pensamento, para que possamos deixar um legado para quem quer que seja de uma defesa civil estruturada e pronta para dar resposta à população brasileira.

É isso que eu tenho a . Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Camilo) - Eu agradeço ao Coronel e, antes de passar a palavra à Sra. Sarah, gostaria de fazer quatro registros.

Está aqui, conosco, representando a FAO, a Organização de Alimentação e Agricultura da ONU, o Sr. Andrew Sobey, que, amanhã, nos brindará com suas palavras. Também está presente o Dr. Ricardo Mena, chefe do Escritório das Américas da Estratégia Internacional de Redução dos Desastres das Nações Unidas.

Queria agradecer ao Coordenador da Defesa Civil, Cláudio Silva da Rocha, da Prefeitura de Taquara, e também ao Coordenador de Garibaldi, Rio Grande do Sul, o Sr. Ivan Brugalli.

Passo a palavra à Dra. Sarah Marcela, Coordenadora de Comunicação de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo tempo de 20 minutos.

A SRA. SARAH MARCELA CHINCHILLA CARTAGENA - Boa tarde à Deputada Perpétua, ao Deputado Ademir Camilo, a toda a Mesa e a todos os presentes.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite da Comissão para a participação do CEPED, da Universidade Federal de Santa Catarina. Em nome do Prof. Edésio, eu digo que é muito importante participar desse momento de discussão sobre as novas diretrizes de defesa civil. Eu vou propor algumas reflexões sobre a questão de diagnóstico relacionado à redução de riscos de desastres.

Essa apresentação recolhe os principais estudos e pesquisas realizadas, atualmente. Eu utilizei como referência o CENAPRED, do México, alguns estudos da Universidade de Kyoto, no Japão e, claro, alguns estudos do CEPED relacionados aos diagnósticos.



Acho que é importante começar conceituando o diagnóstico como o reconhecimento de uma determinada realidade. O diagnóstico tem essa premissa. Fazemos um diagnóstico porque é importante, antes de uma atuação efetiva, compreender e reconhecer o local em que se vai atuar e quais são as características e as relações que se estabelecem nesse determinado local. A partir dessa perspectiva, nós conseguimos compreender que o diagnóstico tem um aspecto local e outro mais abrangente, regional ou nacional.

No CEPED, temos uma equipe multidisciplinar, o que favorece bastante a nossa troca de experiências e, consequentemente, os produtos que construímos dentro do Centro de Pesquisas.

A participação de diversos profissionais, desde a área de Engenharia, Sociologia, Psicologia, Comunicação, Geografia e tantas outras que estão ligadas aos pesquisadores integrados ao nosso Centro de Pesquisa, permite termos uma visão ampla do que é o diagnóstico. E, nesse sentido, entendemos que o diagnóstico deve abordar tanto os aspectos físicos como os antrópicos e bióticos.

Nos aspectos físicos, estão incluídas as questões relacionadas ao solo, ar e água. Os aspectos antrópicos estão relacionados às características do comportamento humano e dos indivíduos e os bióticos, características de fauna, flora e microorganismos.

Então, a exemplo de um diagnóstico que fizemos para redução de riscos de desastres na região serrana do Rio de Janeiro, a pedido da Care Brasil, instituição que ali tem atuado.

A nossa metodologia seguiu alguns passos: o primeiro deles é um levantamento em fontes secundárias, que caracterizamos como reconhecer o que externamente é construído na localidade, para somente depois, fazer, efetivamente, um levantamento de campo, para conhecer como a comunidade, a localidade, se enxerga internamente.

A partir disso, com a junção dos levantamentos das informações, dos dois conjuntos de informações, dá-se um tratamento de dados para que se faça uma análise crítica e a indicação de diretrizes.



É importante dizer que o diagnóstico se faz quando apresentamos metodologicamente as estratégias de atuação. Nós o construímos em etapas que são muito mais didáticas do que práticas.

Quando nós conceituamos, estudamos ou pesquisamos determinados aspectos, há a necessidade didática de fazer separações, mas, na prática, é preciso considerar que essas divisões estão permanentemente se interagindo, e que há necessidade de troca e, muitas vezes, de simultaneidade de ações.

O CENAPRED define diagnóstico de risco como a capacidade de um instituto, ou de um grupo, conhecer as características de eventos que podem ter como consequência desastres e determinar de que forma esses eventos incidem nos assentamentos humanos, na infraestrutura e no seu entorno.

Estamos falando da questão urbana citada pelo Coronel, relativa ao plano diretor e à necessidade de se pensar os diagnósticos dentro da realidade social de hoje, quando mais da metade da população habita centros urbanos.

Eu encontrei um estudo muito interessante realizado na Universidade de Kyoto. O autor coloca em uma pirâmide que características importantes para se fazer um diagnóstico alteram-se com maior ou com menor velocidade dentro de uma localidade. Por exemplo, diz ele que frequentemente se alterna com mais velocidade, dentro de uma localidade, a vida em comunidade.

Nesse sentido, quando fazemos um diagnóstico, temos que ter em mente que estamos identificando, num certo momento, as relações sociais, as lideranças, mas, num curto período de tempo, aquilo vai ser alterado. Portanto, é importante que o diagnóstico seja uma ferramenta permanente de gestão de risco.

Em contrapartida, quando se faz um levantamento do meio em que se insere o diagnóstico, os aspectos ambientais, as características de solo, características de vegetação, essas características são mais permanentes.

Nessa pirâmide elaborada pelos pesquisadores da Universidade de Kyoto, as características ambientais ficam na base e, no topo, fica a vida em comunidade.

Entre esses dois aspectos estão incluídos a cultura e os esquemas sociais e as convenções sociais estabelecidas dentro de uma localidade, que são também mais permanentes, enquanto a vida em comunidade, o modo pelo qual essas relações se estabelecem, alternam-se mais constantemente.



A infraestrutura é outro aspecto importante a ser observado na realização de um diagnóstico e a questão do uso e da ocupação do solo que também se alterna com determinada frequência.

Então, são esses os aspectos importantes a serem observados durante a realização de um diagnóstico no contexto urbano.

O CENAPRED faz uma diferenciação entre o diagnóstico de ameaça e o diagnóstico de risco, associando-os à atuação, o que temos discutido muito.

Vi isso em todas as falas durante o seminário de hoje e também em outros espaços durante o fórum. Enfim, qual é a atuação nacional e qual é a atuação local? Como isso se divide, como se distribuem essas responsabilidades e qual é o papel de cada instituição na sua abrangência?

A exemplo do que disse o Coronel sobre o levantamento de dados e a construção do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, isso é um diagnóstico. Não deixa de ser um diagnóstico de recorrência em séries históricas de desastres, mas é um diagnóstico em âmbito nacional e regional que estabelece os principais desastres em determinado período histórico.

Então, o CENAPRED diz que os estudos de ameaça se realizam numa escala maior e abarcam amplas regiões, enquanto que os estudos de risco, ao contrário, são necessariamente muito localizados e dependem muito mais das condições específicas de cada localidade que está sendo estudada.

Nesse sentido, é importante considerarmos que os diagnósticos como o mapeamento de riscos, por exemplo, devem ser feitos localmente. Então os municípios estão articulados à Medida Provisória 547, de 11 de outubro, mês passado, que determina ao município a responsabilidade de realizar o mapeamento de risco. E, nacional e regionalmente, a Secretaria vai entregar um mapeamento mais genérico, relativo às ameaças.

É interessante ver como estamos indo exatamente no caminho de um estudo de um instituto de referência, o CENAPRED, indica como sendo o ideal. E o CENAPRED continua afirmando que nesses estudos é muito importante mantermos a unidade e a padronização tanto em relação à metodologia, quanto à terminologia, à cartografia e às informações utilizadas.



Neste momento de discussão da legislação integra-se muito essa idéia também porque cada país no mundo tem sua própria terminologia de desastres. É importante haver uma atualização — e essa é uma opinião pessoal — com relação à classificação de desastres no Brasil. Por exemplo, o México adota a classificação dos riscos com relação à origem: o geológico, hidrometeorológico, químico, sanitário e sócio-organizativo. O Brasil adota a terminologia natural: humano e misto.

É uma classificação muito mais simples, mas, ao mesmo tempo, é muito mais complicada porque identificar determinado desastre como sendo natural, humano ou misto é mais difícil. Se pegarmos os últimos exemplos de Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, em que medida conseguíramos classificar como natural, humano ou misto, de acordo com o CODAR?

O CODAR apresenta 158 tipos de desastres, dentre os quais 46 são naturais, 103 são humanos e apenas nove são mistos e, dentre os mistos, não estão incluídos os escorregamentos e os deslizamentos, que são classificados como naturais pelo CODAR, mas sabemos que a ocupação urbana influencia muito nos desastres.

Esse é um indicativo para se repensar a terminologia no sentido de termos uma padronização mais adequada para fazer o diagnóstico.

Um dos desafios relativos ao diagnóstico é a participação da comunidade. Tenho citado várias vezes o CENAPRED porque ele tem vasta experiência nessa área. Ele define que os processos de gerenciamento de riscos de desastres, nos quais as comunidades estão envolvidas, devem incluir o engajamento ativo das comunidades. Isso significa que as pessoas afetadas devem ser o centro dos processos decisórios. Isso está também articulado ao que foi dito hoje sobre a importância de pensarmos a gestão de riscos de desastres com foco nas pessoas.

A Deputada Perpétua, assim como o Coronel e o Deputado Glauber falaram sobre a importância de incluir as pessoas quando se está pensando no diagnóstico e na avaliação objetiva do risco. Esse tipo de avaliação é feita, por exemplo, quando um engenheiro vai ao local, mede uma rachadura e avalia suas consequências; e a avaliação subjetiva do risco acontece quando um morador sabe que não havia rachadura no lugar, não entende o significado técnico de uma rachadura, mas tem muito a contribuir com a avaliação do risco e na importância de envolver a



comunidade nas etapas de diagnóstico, dando a ela a voz e o poder decisório a que tem direito.

Essa situação está um pouco articulada à corresponsabilidade. Os moradores não são apenas vítimas ou afetados pelos riscos, mas são também fabricantes do risco. Então, quando se envolve responsabilidade, ela é relativa não apenas à resposta, mas também aos mecanismos e aos processos decisórios e de planejamento para a gestão do risco. Essa questão está articulada ao que o sociólogo alemão, Ulrich Beck diz sobre a sociedade dos riscos: antigamente os riscos e os desastres eram percebidos como mandados pelos deuses. Os deuses eram responsáveis pelos riscos, e quando um deus é responsável, as pessoas não estão no controle. Se hoje nos colocarmos como responsáveis, como afetados e produtores do risco e do desastre, nós nos colocamos no controle da situação e temos a possibilidade de não simplesmente rezar para que Deus não nos traga desastres, mas também de atuar para minimizar e reduzir os riscos.

Por outro lado, a profissional de comunicação, Cicilia Maria Krohling Peruzzo diz que culturalmente as nossas tradições e costumes apontam muito mais para o autoritarismo e para a delegação de poder do que para assumir o controle e a responsabilidade da solução dos problemas. Isso passa por uma mudança cultural necessária, mas toda mudança cultural é muito lenta e exige um trabalho permanente dos profissionais que estão à frente, porque a nossa sociedade tem a cultura de esperar que alguém faça por nós, que alguém cuide de nós. E vimos isso num levantamento que fizemos pelo CEPED, em parceria com o Secretaria Nacional de Defesa Civil, sobre a identificação de aspectos relacionados à ocupação e à permanência em áreas de risco. O projeto é chamado Promoção da Cultura de Risco e, em dezembro próximo, as visitas a todos os Estados brasileiros estarão concluídas, assim como as Oficinas de Capacitação em Comunicação e Percepção de Riscos de Desastres. Foi incluída, três meses depois que começamos o projeto, uma pesquisa para verificar como e porquê as pessoas ocupam áreas de risco.

Que aspectos estão sendo avaliados nessa pesquisa? Nós ainda não concluímos a pesquisa, e os resultados que estou trazendo são parciais. Eles têm dois aspectos: o primeiro é relativo à noção que as comunidades têm do espaço em



que vivem como áreas de risco, o segundo é sobre as principais razões de ocuparem ou permanecem nessas áreas.

Com relação à noção do espaço e sobre as principais preocupações que essas pessoas vivenciam no dia a dia, a nossa estratégia era bem simples: Nós visitávamos, por recomendação da Defesa Civil local e acompanhados por ela, as áreas de risco e, numa conversa muito informal com os moradores, com grupos de lideranças comunitárias ou mesmo andando de casa em casa, era feita uma pergunta: Qual é a sua principal preocupação estando morando neste local?

O objetivo era identificar se, entre as primeiras respostas, o risco seria uma grande preocupação. Na verdade, essa preocupação não estava dentro da abrangência que esperávamos. O que os moradores das áreas de risco que visitamos apontaram mais frequentemente como preocupação foram as drogas, o tráfico e os traficantes, ou seja, o medo e a coação que os traficantes exercem nas pessoas. Em segundo lugar, vinha a violência e só em terceiro lugar vinha a inundação. Depois disso, vinha a violência sexual, que eu até desmembrei da violência geral quando fiz a tabulação, porque me chamou muito a atenção como esse item foi recorrente. Por último veio a questão do lixo, dos vendavais e dos deslizamentos.

Isso significa que, quando estamos fazendo um diagnóstico, precisamos entender qual é a preocupação inicial das pessoas para, quando formos planejar a ação, levar isso em conta.

Então, para encerrar, as principais razões apontadas pelas pessoas que ocupam as áreas de risco para ocupar a localidade são principalmente o acesso aos serviços urbanos e a proximidade dos centros. Em seguida, estão o apego e a estima pelo local, por terem nascido e vivido nele, porque a família, os amigos e conhecidos estarem no entorno. Dai acreditam que não existe risco: *“Eu moro aqui porque não tem risco, não tem problema nenhum.”*

Depois das razões apontadas, vêm o cuidado, a convivência e a preparação. Essas pessoas realmente convivem no local, já estão preparadas para lidar com o risco e, inclusive, já aceitam esse risco.

Faço até um paralelo com o que disse o Deputado Glauber Braga hoje de manhã sobre a resiliência. Eu gostei da definição dele: resiliência é apanhar e



continuar em pé. Apanhar, cair, levantar e se acostumar com isso não é resiliência, e isso acontece muitas vezes. As pessoas se acomodam. Acontece uma enchente, elas perdem tudo, começam tudo de novo e acham que é normal. Isso não é resiliência. Aceitar esse risco não é resiliência. Resiliência é apanhar e continuar em pé e não apanhar, cair e levantar.

Sr. Presidente, eu tive que acelerar meu pronunciamento por causa do tempo reduzido, mas coloco-me à disposição dos senhores para qualquer informação que desejarem, e assim também os profissionais do CEPED - UFSC.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Camilo) - Eu é que agradeço à Coordenadora de Comunicação de Risco. Senhoras e Senhores, vamos ter um pouco de tempo ainda depois da fala dos quatro expositores.

Agradeço a presença ao Tenente-Coronel Castro Santana, Coordenador de Defesa Civil do Estado de Pernambuco, à Dra. Aparecida Benito Pereira, Coordenadora de Defesa Civil de Primeiro de Maio, do Paraná, também pesquisadora da Faculdade UNINORTE; agradeço também à Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina, com quem tivemos a oportunidade de participar de uma viagem a esse Estado e aprender muito.

Antes de passar a palavra ao Dr. Ricardo, quero fazer uma sugestão à Presidenta Perpétua Almeida sobre o anteprojeto de lei apresentado pelo Deputado Glauber Braga como um estudo preliminar — nós já tivemos a oportunidade de conversar sobre isso em Recife com o Cel. Lucas — no sentido de que as pessoas que não puderam comparecer a esta reunião e outras que, por qualquer motivo, não tiveram oportunidade de contribuir, que ele fique aberto à consulta pública por algum tempo, para que elas possam fazer críticas, sugestões ou modificar conceitos para que uniformizemos o estatuto, da mesma forma que foi criado pelo Presidente da Casa um grupo de trabalho para compor uma câmara de negociação com trabalhadores e empresários. Mas essas sugestões ou críticas devem vir por meio de nota técnica assinada pelo autor, para que depois ela não diga que não foi consultada, não foi chamada, não teve oportunidade de opinar a tempo e na hora.

Convido o Dr. Ricardo, antes porém peço a licença necessária para que eu e o Coronel nos ausentemos da Mesa. O Coronel tem que sair para viajar a três



Estados brasileiros, e eu para receber o Título de Cidadão Honorário, na cidade de Contagem.

Para encerrar, desejo a todos os presentes um bom encontro, não só hoje, mas também amanhã. Deputada Perpétua Almeida, agradeço a oportunidade de tê-la como nossa Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agradeço ao Deputado Ademir Camilo e ao Secretário Nacional de Defesa Civil.

Continuando, lembro aos colegas que amanhã este seminário será realizado no Auditório nº 3, neste corredor, porque vai haver algumas reformas nos Auditórios nº 1 e nº 2.

Na parte da manhã, vamos ouvir os representantes da ONU, como já anunciamos, os representantes do Japão e da FAO, que falarão das experiências internacionais, que são muito importantes para nós.

Amanhã o seminário irá, no máximo, até as 12 ou 13 horas. Decidimos não fazer intervalo hoje à tarde e continuar as discussões, porque ainda faltam fazer suas exposições, a do Sr. Ricardo D'orsi, da Fundação GEORIO, o centro de monitoramento de riscos da cidade do Rio de Janeiro, e depois o representante da Psicologia. Teremos um período de 30 minutos para os debates e encerraremos os trabalhos.

Após o encerramento, haverá um lanche na mesa aqui ao lado. Não faremos o lanche durante o debate porque teremos tempo para continuar os trabalhos no período da tarde.

Com a palavra o representante da Fundação GEORIO, Dr. Ricardo D'orsi.

O SR. RICARDO NEIVA D'ORSI - Muito boa tarde a todos. É um prazer e uma honra estar aqui com essa plateia tão seleta, compartilhando com vocês a experiência do Município do Rio de Janeiro. Sou geólogo de formação, trabalho na Fundação GEORIO há cerca de 22 anos e sou coordenador do Sistema de Alerta de Chuvas Intensas e de Deslizamentos em Encostas da Cidade do Rio de Janeiro há cerca de 15 anos. O título está bem colocado aqui, pois são as ações que a GEORIO tem feito ao longo das últimas décadas na tentativa de mitigar e eliminar o risco geológico associado a escorregamentos na nossa cidade.



(Segue-se exibição de imagens.)

A fotografia que vemos aqui é bastante emblemática porque foi a partir desse evento em 1966 que a opinião pública foi tomada por uma necessidade de solicitar ao Governo Estadual a fundação de um órgão específico para cuidar desses problemas de encosta. Foi quando a Fundação GEORIO nasceu. A cidade tinha muito vulnerabilidade, mesmo em sua áreas estruturadas. Este foi um dos principais acidentes, quando cerca de 200 pessoas morreram em função de escorregamentos deflagrados pelas chuva.

Em 2010, quase 50 anos depois, continua havendo escorregamentos, felizmente, na parte estruturada, muito menos, mas nas vias continua havendo escorregamentos de grande porte. Também nas áreas não estruturadas, nas chamadas comunidades carentes em encostas e favelas, residem atualmente os principais problemas de risco associado a escorregamento nas encostas.

Muitos dos senhores podem achar que a fotografia que estamos vendo refere-se ao evento da região serrana ocorrido em janeiro deste ano, mas não é. Ela retrata no coração da cidade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1996, evento que teve as mesmas características, escorregamentos às centenas, formando corridas que se propagaram pelo eixo dos vales e atingiram centros ocupados, muitas vezes quilômetros distante das áreas das encostas, como ocorreu em Friburgo, em Teresópolis e em outras localidades.

Aqui temos uma listagem de alguns dos principais eventos significativos registrados na cidade do Rio de Janeiro. Como vocês podem observar, é de muito tempo. Em 1700 já havia registros de escorregamentos famosos. Os dois últimos, de abril de 2010 e de abril de 2011, mostram que as chuvas não só ocorrem não só no verão, mas também na primavera, quiçá o ano inteiro, se é que as mudanças climáticas estão realmente ocorrendo.

Como a Fundação lida com o problema? O básico é o mapeamento das áreas de risco. Isso não é novo. Vou mostrar mais adiante que temos feito cartografia de risco há muitos anos. O sistema de alerta de chuvas que, como eu disse aos senhores, está fazendo 15 anos; o sistema de alarme sonoro, que é bem mais recente e as obras de estabilização, que vêm sendo feitas desde a sua fundação há



40 anos. O mapeamento interage para a definição do sistema de alerta, mostra as principais localidades, e no sistema de alarme sonoro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui estão algumas imagens de cartografia de áreas de risco feitas em 1989. Esta engloba todo o Município, em escala 1/25 mil. Aquela em 1996, em uma escala de maior detalhe, inclusive balizando ações, indicando locais de obra.

Uma imagem bem recente, de 2010, feita após aquele incidente de que falei, de abril de 2010, quando foi reavaliado todo o risco da cidade e foram mapeadas, então, 117 comunidades em área de alto risco.

Esta imagem mostra a área do nosso Município, que tem cerca de 60 quilômetros de extensão e 25 de largura, resultando em 1.250 quilômetros quadrados. Temos aí esta rede pluviométrica automática que nos envia os registros a cada 15 minutos, automaticamente. Como falei, há 15 anos é assim o funcionamento.

Temos, desde 2010, imagens do Radar Pico do Couto, que pertence ao Comando da Aeronáutica. Em janeiro de 2000, firmamos um convênio com o Comando, o qual nos possibilita utilizar suas imagens.

Para quem não conhece bem o que significa um radar meteorológico, é como se fosse um grande olho que enxergasse a chuva a distância. Ele envia seus feixes de micro-ondas, que retornam. E, dependendo da refletividade desses feixes de ondas que vão e voltam, pode se ter noção se alguma chuva está indo para aquela direção. Esta aqui é uma escala de cores, associada à refletividade: quanto mais para cima na escala, maior a intensidade da chuva.

Aqui está o nosso Município. Este foi um evento famoso. Podemos, então, prever que está chegando chuva, e o alerta pode ser dado antes que ela caia.

Este é o radar da prefeitura, adquirido em 2010 — bem recente. Os senhores podem ver que também há a escala de cores. Esta é uma imagem do evento de janeiro, na Região Serrana do Rio de Janeiro. Felizmente, não atingiu a área do nosso Município, mas Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo foram bastante atingidos.

Quero fazer um parêntese aqui, porque o radar tem estado muito na mídia. Todo o mundo fala que radar faz a previsão. Ele não previsão, ajuda na previsão.



Existem situações em que a chuva se forma em cima do radar, praticamente, e, então, ele não consegue captar a aproximação dela. Isso é muito comum, principalmente no verão, quando ocorrem as chuvas convectivas, também chamadas de chuvas de verão, quando de céu azul à formação de nuvens intensas dura, às vezes, menos de 1 hora e a quantidade de água precipitada é bem elevada.

Este foi um grande esforço que o Município fez, uma missão especial que lá esteve nos visitando. Trata-se do Centro de Operações da Prefeitura, que tem a grande vantagem de reunir todos os órgãos de combate aos problemas deflagrados pelas chuvas. Então, não existe mais aquele tempo muito precioso gasto em tentar acessar uma pessoa ou uma instituição, porque estão todas ali representadas.

Esta é a nossa sala do Sistema Alerta Rio, que fica no segundo andar. No térreo, há o salão do *Video Wall*, onde todas as empresas, instituições estão representadas. Então, quando existe um alerta de chuvas deflagrado pelo Sistema Alerta Rio, todos ficam sabendo de antemão e não se gasta mais tempo com isso. E, numa situação como essa, às vezes, 30 minutos ou 60 minutos fazem uma grande diferença.

Estas são outras ferramentas que também utilizamos. Não basta termos só o radar meteorológico. Temos que ter também redes telemétricas automáticas, que são os pluviômetros de que falei, imagens de satélites, sistema de detecção de raios — descargas elétricas —, informações de aeroportos meteorológicos, previsão de modelos numéricos, sondagens atmosféricas, comunicações externas e muitas câmeras — são mais de 400 que a cidade tem, com as quais podemos monitorar não apenas o trânsito, mas o céu. Basta solicitar a um daqueles operadores que os senhores viram no eslaide anterior, que estão no salão do *Video Wall*.

Com toda esta estrutura, fazemos o nosso boletim meteorológico, que de 6h em 6h é atualizado. A cada 6h, todo o mundo recebe novo boletim de previsão para a tarde, a noite, a madrugada e a manhã. Essa janela de tempo vai correndo, e de 6h em 6h é atualizada.

O monitoramento é feito visualmente, através da análise, pelos meteorologistas, das imagens de radar, de satélite, etc., e também automaticamente, pela rede pluviométrica. Uma vez que ela detecta chuva, automaticamente o sistema é avisado de que está chovendo em algum ponto da



cidade. Existe esse controle dual do meteorologista analisando, mas também do sistema computadorizado, informando-o da ocorrência de chuvas.

Este é um exemplo de como disponibilizamos informação para o público.

Imaginando que essa seja uma imagem de radar, aquela, como eu falei, com a quantidade de chuva muito forte, intensidade, refletância muito alta, encaminhando-se para o Município — o nosso Município é dividido entre quatro grandes macrobacias de drenagem —, podemos estabelecer que a trajetória dessa linha de estabilidade alcançaria duas das macrobacias, que entrariam, então, em situação de alerta; enquanto as demais, não. Isso é passado para os vários meios de comunicação diferentes, que variam desde Internet, Twitter, até a comunicação por celular — SMS, e também por operadoras de rádio e televisão que ficam presentes no centro de operação. A informação é divulgada muito rapidamente.

Estes são os valores adotados da pluviometria crítica. Monitoramos a chuva em 1h, em 24h e em 96h. Ocorrendo algum desses valores, nós temos o que chamamos de mudança de estágio. Ou seja, se choveu em determinado local mais do que 30 milímetros em 1h, já estamos em situação de alta probabilidade de ocorrência de escorregamento naquele local. A mesma análise é feita com 24h. Se chover mais do que 100 milímetros, também estaríamos em situação de alerta. Isso ocorre porque os escorregamentos podem ser deflagrados por diferentes situações pluviométricas.

Esta seria a situação de risco baixo. Mas assim, como também para aquelas condições de chuva, a previsão que eu mostrei anteriormente com duas macrobacias vermelhas, nós também podemos dizer quais as regiões da cidade que estão com probabilidade mais alta ou mais baixa de ocorrência de escorregamento. Esta imagem é disponibilizada naqueles meios todos, incluindo a Internet e a televisão.

Esta é uma de nossas *home page* — na verdade, temos mais de uma — em que fazemos a integração das informações. Aqui estão as informações pluviométricas, das quais qualquer pessoa pode ter acesso. Os dados, como eu disse, são atualizados a cada 15 minutos nas 33 estações.

Aqui, temos as condições de chuva, ou seja, a previsão para as próximas horas. Neste caso, aqui, todas estariam com condição de risco baixo, de vigilância.



Aqui, a probabilidade de escorregamento, que, também, no momento em que eu tirei a imagem era baixa.

Fazemos ainda monitoramento para algumas das principais vias que cortam os maciços montanhosos, com as estradas de grande volume de tráfego, e em situações de pluviometria crítica, naqueles locais as vias são fechadas.

No último dia 6 de novembro, nós tivemos um simulado na cidade, amplamente veiculado. Foi fechada uma região da cidade que tradicionalmente alaga quando tem chuva, que é a região da Praça da Bandeira; e foi fechada também uma importante via, a Grajaú-Jacarepaguá, simulando a ocorrência de um bloco rochoso impedindo acesso à estrada. Isso tudo para vermos quais as nossas falhas e em que podemos melhorar no atendimento. Foi um simulado de campo bem importante para nós, com deslocamento de pessoal, fechamento das vias, máquinas, etc., e as conclusões têm sido bem frutíferas para otimizarmos esse atendimento em situações de crise.

Existe o sistema de alarme sonoro, como eu já disse anteriormente, que se baseia na utilização de um pluviômetro específico para cada uma daquelas 117 comunidades de alto risco. Ou seja, cada uma tem o seu pluviômetro próprio. Também há o acionamento das sirenes, no caso de intensidade de 40 milímetros por hora nessas localidades. Quando isso ocorre, a população é deslocada para locais considerados seguros. Há rotas de fuga indicando qual o melhor caminho que as pessoas daquela comunidade devem utilizar para se deslocar e há os pontos de apoio.

Este aqui foi um simulado que aconteceu no Morro da Formiga, em que as pessoas foram amplamente treinadas para fazer isso. Algumas pessoas que moram nas comunidades foram treinadas para ajudar, são os chamados agentes de defesa civil. Cada um deles recebe um telefone celular institucional para, por meio dele, ser informado sobre os alertas de chuva. Esses agentes comunitários ajudam a população a se deslocar para esses pontos de apoio, que, muitas das vezes, são uma escola ou uma igreja.

Este foi o dia do simulado, com ampla cobertura da televisão. Aqui nós temos o coordenador de defesa civil municipal. Aqui temos a população se cadastrando. É interessante comentar que, para ter uma maior participação da comunidade, nós



distribuímos camisetas e outras coisas, e a população respondeu muito adequadamente. É uma situação que, na prática, já ocorreu uma vez. Já ocorreu um acionamento desde que colocamos esse sistema para funcionar. Não vou dizer que foi uma participação intensa, porque foi o primeiro acionamento, mas ele gerou um fato muito interessante, porque houve um escorregamento naquela localidade, naquela favela, e a pessoa da casa que foi atingida só não morreu porque estava acordada, em razão do barulho da sirene. Muitas vezes acontece isso: o simples fato de a pessoa estar acordada já lhe dá alguns segundos suficientes para se livrar de metros cúbicos de solo e rocha que atingem a casa. Ficou famoso esse fato lá, e, inclusive, o rapaz que teve a vida salva compôs, depois, um *rap*, que virou sucesso.

E, obviamente, há as obras de estabilização de risco. Enquanto não conseguimos eliminar as áreas de risco, o sistema de alarme vai funcionar. É bom lembrar que esse sistema não é considerado uma solução definitiva. Ele é temporário, até que essa população que esteja em risco possa ser deslocada para um local definitivamente sem risco ou o risco seja eliminado através das obras de contenção.

Há 23 obras de contenção atualmente sendo realizadas no Município. Muitas delas são para as estradas que cortam os maciços moutonhosos, como eu disse, mas outras são mesmo para a parte interna das comunidades, principalmente para redes de drenagem e impermeabilização, para minimizar os processos erosivos superficiais.

Essas também são contenções, isso sempre em situações em que a relação custo-benefício de obra é favorável à execução da obra. Não se faz, por exemplo, uma obra de contenção para eliminar o risco quando é muito pouco o número de pessoas a serem beneficiadas. Nesse caso, procura-se a relocação.

Este é o quadro atual, que é bem recente. São obras em andamento somando cerca de 32 milhões. As concluídas este ano somaram 168 milhões, existem mais 115 processos de licitação que serão utilizados no próximo ano, e há previsão no PAC 2 que beneficiaria 20 comunidades.

Esta é a lista de áreas que está sendo contemplada com projetos para que aquelas verbas previstas sejam efetivamente transformadas em obras de contenção. São 62 projetos, voltados para 62 comunidades, feitos pela Fundação GEORIO, que



contratou auxílio técnico de empresa para realizá-los; e há outros projetos, feitos por nossa própria equipe, que somam mais 37.

Eu gostaria de agradecer os senhores pela paciência e atenção e colocar-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agradeço ao Sr. Ricardo, da GEORIO, pela participação neste evento.

Lembro que vou abrir os debates logo após a fala do representante do Conselho Federal de Psicologia. Inclusive, alguns colegas perguntaram o motivo da presença do Conselho de Psicologia em um debate como esse.

O nosso Relator, Deputado Glauber Braga, achou importante a presença do representante do Conselho de Psicologia porque, nos momentos de agonia e nos momentos de desespero de muitas famílias, as Prefeituras e o Governo do Estado pedem o apoio de psicólogos para acompanhá-las, e também por considerar que o debate é também um diagnóstico de ações emergenciais, reconstrução e ajuda humanitária.

Após a fala do Sr. Marcos Ribeiro Ferreira, vou abrir espaço aos interessados em pronunciar-se. Aviso ao pessoal da coordenação que seria bom correr uma lista para quem tiver interesse em opinar, que vai poder falar do lugar em que se encontra e participar dos debates.

Informo que a nossa colega do CEPED precisará retirar-se por conta do horário do seu voo. Mas nós ficamos aqui para continuação do debate. Peço desculpas a todos.

Concedo a palavra ao Dr. Marcos Ribeiro Ferreira.

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Sra. Deputada Perpétua Almeida; Srs. membros da Comissão; Srs. membros da Mesa; senhoras e senhores, ao agradecer a esta Casa nas pessoas da Deputada Perpétua Almeida e do Deputado Glauber por essa possibilidade, preciso informar que represento o Conselho Federal de Psicologia, porém, devo salientar que o próprio Conselho Federal orientou sua preparação para vir a este seminário no sentido de compartilhar sua voz com uma articulação de entidades interessadas no exercício do controle social sobre a política de defesa civil. Essa articulação instalou-se recentemente numa reunião em Brasília.



Este fórum está sendo organizado por um conjunto de entidades diferentes, de diferentes setores da sociedade brasileira, muitas tendo sido participantes da comissão organizadora da Conferência Nacional de Defesa Civil. São mais de 20 organizações de base nacional, dentre as quais encontram-se entidades com diferentes objetos de interesse, como a Caritas, a Confederação Nacional das Associações de Moradores, o Movimento de Mulheres, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, a central da Força Sindical, o CONFEA — Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, o próprio Conselho de Psicologia, o Movimento dos Atingidos por Barragens, além de uma entidade de base municipal, que é a associação dos afetados da região do Morro do Baú, cuja Presidenta se encontra conosco neste debate.

Na reunião que realizamos para organizar este fórum, fomos acolhidos por representantes do Ministério da Ciência e tecnologia, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Integração Nacional, por meio da CEDEC, do Ministério da Saúde, além do gabinete da Presidência da República.

Vou enumerar alguns dos aspectos que têm sido muito caros a essas entidades que estão realizando esse esforço de acompanhar as ações de defesa civil no Brasil, a começar pela própria caracterização do que seja o conteúdo específico da Defesa Civil. Ao questionarmos sobre o conteúdo efetivo do tema defesa civil, é frequente que as respostas sejam relacionadas a desastres e aparatos voltados a seu enfrentamento.

Desde os debates realizados por essas entidades na comissão organizadora da Conferência Nacional, foi ficando claro para as entidades da sociedade que o tema da Defesa Civil tenha a ver com o sofrimento humano gerado pelos eventos adversos. Isto é, o interesse da sociedade nas ações de defesa civil consiste em evitar ao máximo a ocorrência de sofrimento decorrente de eventos adversos ou, pelo menos, em atenuar esse sofrimento.

Aceitando, então, a ideia de que seja o sofrimento o tema central da Defesa Civil, o interesse decorrente da sociedade consiste em evitar que, a partir do sofrimento gerado pelo evento adverso, as pessoas sejam submetidas a novas



violências que se acumulam devido ao modo como são compreendidas, tratadas e encaminhadas.

Documento produzido pela Universidade Federal de São Carlos sobre a “Atenção a vítimas em diferentes abrigos”, feito durante este ano em algumas cidades, notadamente na região do Rio de Janeiro, e produzido pelo NEPED, um núcleo de estudos sobre desastres da Universidade Federal de São Carlos, sobre a atenção a vítimas em diferentes abrigos, traz um quadro de como esse sofrimento pode ser significativo. Sob o título “Abandonados nos desastres”, o quadro apresentado nesse documento merece a atenção dos nossos Parlamentares no momento em que vai produzir um novo paradigma para a Defesa Civil no País.

Deputada, vou passar às mãos de V.Exa. uma cópia preliminar desse estudo, que será publicado nos próximos dias, lançado num seminário que a Psicologia nas Emergências e Desastres está organizando que vai acontecer neste mês de novembro, do dia 23 a 25, em Brasília. Estou apresentando a V.Exa. uma cópia preliminar do documento. Vou convidar também as pessoas que assistem à TV Câmara a participarem do nosso evento.

Nossa compreensão é de que não será possível construir algo novo sem tomarmos como referência essa ideia da centralidade da evitação do sofrimento. De outro modo, o tratamento que vamos dispensar aos afetados será sempre dentro da lógica do esforço mínimo, não da integralidade.

Nesse sentido, gostaria de afirmar ao Deputado Glauber que estou utilizando de forma indistinta as palavras “defesa” e “proteção”, apesar de poder concordar com o acerto de S.Exa. na escolha do termo “proteção”. Ocorre que não basta mudar o nome para “proteção” para produzir a reorientação de que a área pode necessitar. E mais, sem a participação dos cidadãos afetados e da sociedade civil organizada, essa mudança tem chance de nem chegar a acontecer. Vamos mudar o nome e não vamos mudar o que acontece.

A Dra. Norma Valêncio, que é uma pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos — seguramente, a acadêmica que mais precisaria ser ouvida na atualidade no Brasil quando falamos de desastre. Ela é socióloga, economista, com doutorado em Sociologia, e faz pesquisas muito impactantes. Este documento que passei a V.Exa. é produzido pelo grupo da Dra. Norma — diz que não será possível



pensarmos um novo paradigma para a Defesa Civil sem que os cidadãos afetados por desastre participem de forma central na sua formulação.

A partir dessa compreensão, permita-me afirmar, Sra. Presidente, nada de novo e efetivo chegará a ser feito, porque não vamos poder criar a novidade.

Do nosso ponto de vista, as pessoas que foram atingidas por desastre são as que mais capacidade teriam de ajudar a organizar a resistência aos desastres, os procedimentos de atenção à população afetada e os mecanismos de organização da própria Defesa Civil.

Aliás, Sra. Presidente, temos aqui presente a Presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Morros do Baú. Talvez, ela possa se manifestar durante o debate ou, se V.Exa. achar conveniente, posso dividir meu tempo com ela. Para nós, é fundamental escutar a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Vou falar um pouco mais e depois vou solicitá-la, Tatiana.

A partir dessa compreensão, chegamos à conclusão de que não é possível pensar Defesa Civil sem a voz dos afetados.

Claro, Presidente, pode soar estranho o que estou dizendo aqui, na medida em que até a minha presença foi questionada junto a V.Exa. sobre o que viria fazer aqui um psicólogo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Perpétua Almeida) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Eu entendi como questionada, desculpe-me.

Mas eu preciso dizer a V.Exa. que o patrono da Defesa Civil brasileira, o General Castro, tinha como epíteto de toda sua obra a expressão “*A Defesa Civil somos todos nós*”. E é frequente que essa frase seja repetida, muito embora seja dificilmente colocada em prática. Quando alguém começa a debater com alguém da Defesa Civil, imediatamente se diz: “*Mas você nem é da Defesa Civil, por que está debatendo?*”

E a nossa posição na sociedade civil é de que a Defesa Civil não tem chance de ser efetiva se não estiver em diálogo permanente com a sociedade e se não



estiver em diálogo permanente com a população afetada. A população afetada precisa deixar de ser um número. Quando debatemos isso entre psicólogos, em diversos Estados do Brasil, pergunto: "*Digam para mim o nome de um morto no último evento na sua cidade.*"

Estou desafiando vocês. Fora a Tatiana — claro que os Coordenadores de Defesa Civil saberão —, as pessoas que não estão no dia a dia trabalhando com isso, não lembram, porque tratamos a população como números. Ela não tem face, não tem nome, nós não sabemos quem é. Se nosso esforço em relação a essa população afetada é sempre dissolvê-la na sociedade, é sempre distribuí-la, impedindo-a de ter voz — como a minha voz foi questionada neste espaço —, como vamos fazer uma novidade? Vamos ficar repetindo o que sempre fizemos. Se estamos contentes com o que sempre aconteceu na Defesa Civil, podemos continuar. Se achamos que há o que melhorar, é preciso garantir a voz dos afetados, da população organizada na sociedade civil.

É preciso dizer, Deputada, que até o conceito de desastre teria que sofrer crítica. Não que esteja errado na formulação do relatório, mas V.Exa. poderá encontrar diferentes conceitos de desastre nesse documento que passei a suas mãos que apontam a necessidade de se rever a compreensão que temos de desastre. Ainda mais na formulação brasileira, que divide entre antrópicos, naturais ou mistos. O desastre é muito mais do que isso. O desastre é um fato sociocultural, para o qual múltiplos fatores contribuem e não bastam para nós as simplificações nessa definição. Vale a pena, Deputada, conhecer então as definições apontadas pela Dra. Norma.

Quero dizer a V.Exa. também que uma coisa ainda não discutida no documento, e valeria a pena, é combinar qual é o nível de recuperação que queremos garantir para as pessoas afetadas. Há uma tradição — fui informado disso por pessoas que atuam nessa área — de que, no máximo, de 10% a 15% da perda do cidadão poderão ser recuperadas com o apoio do Estado. Será justo? Ninguém escolhe ser vítima de um desastre, as pessoas são eleitas pelo desastre. Nós, que estamos dentro desta sala, somos vítimas potenciais. Quando terminar esta sessão, podemos descobrir que fomos afetados sem o sabermos. A nossa casa pode ter sido derrubada, e não sabermos.



Como gostaríamos de ser tratados nessa condição, Deputado? Vamos gostar da ideia de que nos paguem um aluguel social durante 6 meses, e depois o problema seja nosso, e a reconstrução seja um problema individual?

Se fosse verdade que a pessoa entrou na frente do desastre e pediu para ser vitimada, seria compreensível. Mas ninguém entrou na frente do desastre, a pessoa foi eleita por ele. É razoável que a sociedade brasileira queira tratar essa pessoa como se ela tivesse arranjado um problema e tivesse que resolvê-lo pessoal e individualmente? Essa é uma definição que precisamos ter na lei.

Do nosso ponto de vista, é preciso ir além disso. É preciso garantir que a pessoa tenha condições de recuperar a sua vida. Como representante do Conselho de Psicologia, digo: “*Gente, nesse caso, não vamos mandar um psicólogo para ela, não é?*” Vamos mandar um psicólogo? Podemos mandar, mas vamos conseguir condições para que ela possa voltar a trabalhar, produzir a sua vida, ter moradia. Não adianta chamar um psicólogo e dizer para ele que a pessoa está sofrendo e que ele vá tratar do drama. Nós podemos ir, não há problema, queremos colaborar, mas não podemos ficar escondendo a realidade de que essas pessoas ficam abandonadas depois do desastre. Se a nova lei que estamos criando vai continuar deixando abandonados os cidadãos que foram escolhidos pelo desastre, não adianta chamar de proteção civil. Vamos continuar abandonando essas pessoas.

É preciso que essa racionalidade seja alterada, Sra. Presidente.

Nesse sentido, é preciso lembrar que autoproteção das comunidades é o tema mais antigo da comunidade humana. Nós só estamos aqui porque algumas comunidades conseguiram desenvolver autoproteção. Não faz sentido que hoje pensemos que a proteção tenha sempre que vir de fora.

Do nosso ponto de vista, um eixo fundamental que ainda não está presente no documento é o tema da autoproteção. É preciso desenvolvermos a ideia de que o aparelho de Estado tem como atribuição precípua ajudar as comunidades a se organizarem no sentido da autoproteção a fim de que estejam alertas e organizadas.

Foram dados vários exemplos do Rio de Janeiro que apontam para autoproteção. O nosso risco é confundir previsão com prevenção. Começamos a fazer um esforço tecnológico enorme para descobrir quando vai chover e, quando descobrimos que vai chover tantos milímetros, não temos para quem contar. As



pessoas não estão organizadas para aproveitar a informação. Temos que garantir o exercício de autoproteção como um eixo na mudança de paradigma que está sendo apontada pelo Deputado Glauber.

É preciso lembrar que esta não é uma situação exclusiva do Terceiro Mundo, dos países em desenvolvimento. Assistimos à situação vivida em New Orleans, lemos os jornais e podemos dizer que esse tipo de dificuldade não é exclusividade nossa. Vimos a dificuldade do aparelho de Estado mais organizado — não é o mais organizado, mas pelo menos é famoso como o mais organizado no planeta — não conseguir atender aos seus cidadãos.

Precisamos trabalhar com a ideia de autoproteção e de autoajuda exatamente para que as comunidades possam aproveitar ao máximo a capacidade que os nossos Bombeiros têm de dar sua colaboração.

Estou pulando alguns itens, Secretário, para deixar tempo para a Sra. Tatiana usar da palavra.

Essa confusão entre previsão e prevenção é importante observar, porque às vezes corresponde a um certo colonialismo cultural. Achamos que tecnologia é uma coisa boa e começamos a repetir. Repetimos os termos que são aplicados internacionalmente, repetimos a necessidade de aparatos tecnológicos que estão sendo utilizados internacionalmente.

Temos universidade, Deputada, que fica traduzindo livros, não produz um livro que seja compatível com a nossa realidade. Essa iniciativa da Profa. Norma, por exemplo, é inovadora. É supercaracterística! A produção que ela faz é supercaracterística da realidade brasileira.

Quero concluir, para a Sra. Tatiana fazer a sua intervenção, dizendo o seguinte: nós temos um tripé, que temos defendido como fundamental para nossa proposição na relação com o tema da Defesa Civil. Primeiro, o tema da autoproteção. É preciso investir nesse eixo. É preciso que o documento da Defesa Civil aborde isto: como nós vamos investir em autoproteção e usar o aparato do Estado para promover autoproteção.

Segundo, precisamos investir no protagonismo dos afetados, que têm conhecimento sobre a situação que precisa ser colocado à disposição da Defesa



Civil para produção de mecanismos e procedimentos que aprimorem a atuação na área.

Terceiro — aquilo que comecei contando —, é preciso garantir controle social efetivo sobre as ações de defesa civil.

Muito obrigado, Deputada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigado, Dr. Marcos, representante do Conselho Federal de Psicologia.

Vou conceder, por 5 minutos, a palavra à representante da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Baú. Pelo que entendi, Tatiana é do Morro do Baú.

A SRA. TATIANA REICHERT - Boa tarde, Sra. Presidente. Meus cumprimentos aos demais representantes da Mesa, às senhoras e senhores presentes.

Eu represento a Associação dos Desabrigados e Atingidos do Complexo do Baú, em Santa Catarina. Em 2008, foram abertos os grandes eventos no Brasil. Foi a comunidade do Estado de Santa Catarina mais atingida: 2.700 pessoas diretamente atingidas, com 37 mortes. Se observamos a porcentagem, veremos que o número é muito alto.

Deputada, a nossa preocupação frente aos afetados, aos atingidos, às vítimas de desastre no Brasil é que o tema defesa civil acaba sendo recorrente. Discutimos o assunto e daqui a pouco voltamos a discuti-lo, e as leis não são implementadas. Assim, na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, 104 diretrizes foram votadas. E o que nós temos de implementação?

Recentemente, em setembro, no Fórum de Mudanças Climáticas, em que o Deputado Glauber Braga esteve presente conosco, o representante do Ministério da Integração Nacional nos disse: “*Olha, a 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que seria em 2012, não ocorrerá, porque nada do que foi votado ainda foi implementado. Então, não há por que acontecer. Fica para 2013.*” Então, ficamos discutindo os temas.

Outra preocupação nossa: nós ouvimos muito aqui a respeito de mudança cultural. A mudança cultural como tema de defesa civil só se dará com a participação da sociedade. Para a sociedade participar efetivamente, a iniciativa



precisa partir dos conselhos. E o Conselho Nacional de Defesa Civil seria a primeira porta a ser aberta para a sociedade. No entanto, numa reformulação recente do Conselho, de 15 cadeiras — 3 das 18 cadeiras são efetivas — a sociedade civil tem apenas 3, sendo que na Conferência se definiu que deveria ser paritário.

Como nós vamos colocar isso como mudança cultural? Como vamos chamar a sociedade a participar? Como vamos cobrar da sociedade participação se, de modo geral, a sociedade nem sequer sabe o que é defesa civil? Sendo que está lá: defesa civil somos todos nós. Isso nos preocupa.

Para nós, atingidos — eu o fui em 2008 —, não contam as perdas materiais, mas as perdas familiares, porque essas sabemos que vão e não voltam mais. Até ali, para nós a Defesa Civil levava água, colchão e comida. A partir dali vimos quão abrangente é defesa civil. Mas essa é a visão que a maioria da sociedade tem.

Então, nós precisamos mudar isso. Para tanto, temos que ter uma sociedade participativa. Quem aqui é da sociedade civil, organizada ou não? Como vamos levar isso? Qual é o conhecimento que a sociedade tem deste debate?

Outra questão, Deputada: no dia 26 de abril de 2011, os trabalhos desta Comissão incluíram uma visita ao Estado de Santa Catarina. A senhora esteve no Município de Ilhota, o que nos causou grande estranheza, já que só ficamos sabendo do fato uma semana depois, porque a Prefeitura mandou a notícia para o jornal. Nós não sabíamos da visita da Comissão; a Câmara de Vereadores não sabia da visita da Comissão. Nós, que somos representantes legítimos, temos mais de 380 famílias cadastradas e mais de 1.200 pessoas que fazem parte da associação, nem sequer sabíamos que a Comissão estaria no Município. E tenha certeza, Deputada, de que o que foi apresentado à senhora é uma maquiagem do que acontece na reconstrução do Morro do Baú.

Tenho aqui um relatório que já foi enviado ao TCU, ao Governo do Estado de Santa Catarina, à Assembleia Legislativa, que mostra que a reconstrução efetivamente não aconteceu. O que foi mostrado não é a realidade dos fatos. Após serem instaladas, quando chegarem aos Municípios, que as Comissões procurem os representantes das associações, os afetados, e os escutem verdadeiramente, ou vamos sempre ter aqui na frente um bolo enfeitado.



Outra questão que precisa ser vista é o acompanhamento de recursos, a participação das instâncias da sociedade civil, dos afetados, nas decisões relativas a recursos e sua destinação. Em Santa Catarina tivemos um grande montante de dinheiro em doações. Nós, os afetados, nunca discutimos sua aplicação e nunca tivemos a oportunidade de dizer: *"Por favor, destinem esse dinheiro para isto, para isto e para isto"*. Pagaram-nos em aluguel social. Ótimo! Mas não é dinheiro do Governo, é dinheiro de doação, que foi usado para aluguel social e para compra de terreno e muitas vezes para fazer propaganda em cima disso. E é doação do povo para o povo!

A fiscalização, Deputada Perpétua, precisa ser efetiva. Nós estamos num complexo. Para a minha região, especificamente falando, o Governo Federal mandou quase 1 milhão de reais para reconstrução de 42 casas. Isso está liberado. Vamos completar 3 anos no dia 23, e as casas nem sequer foram construídas. E se dizia mais, que a infraestrutura teria que ser com a Prefeitura. Estamos com problema sério de saneamento básico, com esgoto correndo a céu aberto. Em vez de resolvemos o problema, estamos criando um muito maior aqui na frente.

Quando escutamos falarem em liberação de recursos, em milhões para isto e milhões para aquilo, tenham certeza, lá na ponta os afetados não veem isso. E isso é lamentável! É questão de fiscalização mesmo. Só para citar um exemplo, uma comunidade ficou mais de 1 ano sem passagem, caíram as pontes, passava-se por dentro da água, quando dava para passar, quando não dava, ficava-se ilhado. As pontes foram construídas. Com menos de 1 ano de uso a ponte caiu. Foram 750 mil reais por duas pontes. Caíram. O Governo do Estado nem sequer foi avisado. Uma Comissão de Deputados e o Secretário de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, Valdir Cobalchini, visitaram nosso complexo, a pedido da Associação, em maio. As pontes tinham caído em janeiro; em maio não se sabia disso ainda e, pasmem os senhores, hoje elas estão sendo reconstruídas pelo valor de 1 milhão e meio pela mesma empresa que as construiu, e a empresa vai ganhar por isso. Onde está a fiscalização do Tribunal de Contas? Da CGU? Faz-se uma obra pública, a obra pública vai embora, não se dá garantia e se recebe o dobro por isso.

Eu escutei a Sra. Sarah, do CEPED, dizer que o diagnóstico de risco precisa efetivamente da participação comunitária. Isso é claro! Mais do que ninguém, quem



está lá, como ela mesma exemplificou, sabe que no morro não havia uma rachadura, e essa rachadura apareceu, que a árvore não estava inclinada e agora está. Mas quanto a sociedade é escutada quando fala?

Já percebemos que, em todas as esferas de Governo, seja Municipal, seja Estadual, seja Federal, já se está convencido de que é preciso, sim, participação efetiva da sociedade para que dê certo o sistema de defesa civil. A sociedade é muito importante e muito bem-vista quando está ao lado do Poder Público. Quando ela aponta os seus erros e diz que não concorda com algo, deixa de ser vista como parceira e passa, na maioria das vezes, senão sempre, a ser vista como inimiga. Nós não somos inimigos do Poder Público até porque estamos na ponta sofrendo. Nós queremos ser parceiros, mas ser parceiro não quer dizer fechar o olho para tudo e dizer “amém”, é dizer efetivamente aquilo que precisa ser dito.

Defesa civil ou proteção civil. O importante é mudar a lógica de como trabalhar isso, porque apenas mudar o nome e não mudar a lógica, continuando do jeito que está, não vai resolver nada. Vai continuar o que eu disse anteriormente: vamos voltar daqui a 1 ano, discutir tudo de novo, e, independentemente de ser defesa ou proteção, os problemas estarão aí.

Pela manhã, o Deputado Glauber Braga, se não me engano, falou sobre competência dos Municípios, organização de defesa civil e repasse de verbas. O que precisa ser visto em relação a repasse de verbas é até quando e como estão realmente organizadas as defesas civis. Porque se ter defesa civil no papel, um plano de contingência na Internet, no site da Prefeitura, mas o povo não conhecê-lo é muito fácil. Agora, efetivamente, qual é a organização? Qual é a dimensão desse plano de contingência, dessa organização, desse trabalho feito com a comunidade?

Torno a dizer que, no próximo dia 23, completará três anos a tragédia de 2008 no Complexo do Baú. Desafio os senhores a irem até lá e me mostrarem que mapeamento de risco definitivo existe, qual rota de fuga e qual torre de radioamador temos. Estamos pedindo a torre há três anos porque lá não temos telefone de linha, só via satélite, apesar de estarmos a apenas 150 km da Capital, não temos telefone celular, e a primeira coisa que cai é a comunicação. Não temos. Então, haver defesa civil no Município só por haver não vai resolver muita coisa. Isso precisa ser colocado aqui.



Torno a dizer: as 104 diretrizes aprovadas pela I Conferência Nacional de Defesa Civil dão um parâmetro muito claro daquilo que se espera do sistema, daquilo com que a sociedade civil tem a contribuir, da sua parcela. Nós fizemos parte da Comissão, representamos os afetados do Brasil, o que muito nos orgulhou, mas confesso que, depois da Conferência, fiquei muito, não vou usar o termo magoada, mas muito triste mesmo — acho que é isso —, porque percebi que fomos um pouco usados. Chama-se a sociedade a discutir, escutam-se as propostas da sociedade, mas se reformula o Conselho e se deixam apenas 3 cadeiras para a sociedade civil, sendo que, na deliberação, definiu-se que ele seria deliberativo e paritário.

Escutei aqui sobre a questão dos relatórios trabalhados, enviados e discutidos com Governos, com Prefeitos, com agentes, com Diretores da Defesa Civil, e volto a perguntar: e os representantes das sociedades civis, as organizações que lá estão no dia a dia? Pois é para lá que corre o povo quando aparece uma nova rachadura; quando a ponte cai, é de nós que eles cobram. Quando voltamos de Brasília — volto no sábado pela manhã —, eles nos perguntam o que levamos e o que trouxemos de volta. Perguntam: “*Você levou o que está acontecendo aqui?*”. Eu digo: “*Levei*”. E eles: “*E o que você trouxe de concreto?*” Quem da sociedade civil, quem dos movimentos sociais está com esse relatório, o está debatendo e sabe dele efetivamente?

No mais, termino dizendo, Deputada, que para nós, vítimas, afetados, atingidos, o fato ocorrido é o evento, mas a tragédia é o depois. Tenho certeza de que a tragédia não foi o evento para nós; foi o depois, e continua sendo, ou seja, a forma como somos tratados. Três anos depois, pessoas que perderam tudo estarem esperando por moradia... Como eu, na condição de Presidente de uma associação e com o mapeamento de uma área de risco, vou dizer: “*Deputada, a senhora tem que sair da sua casa porque ela está em área de risco?*” A senhora vai me dizer: “*Minha amiga, meu vizinho perdeu tudo e até hoje não recebeu moradia. Eu vou para onde?*”

O professor Marcos lembrou bem: previsão não é prevenção. Não adianta virem à minha casa e dizerem que vai chover tantos milímetros e que tenho de sair. Sair para onde? Sempre digo que não somos animaizinhos de estimação, não



somos cachorrinhos de quem se tira a coleira, e eles saem correndo. Temos que ter um lugar para onde ir. Temos que começar a tratar o tema dos abrigos no Brasil, e abrigos seguros, abrigos dignos da população, não abrigos em que falte água, falte luz, falte banheiro. Abrigos dignos! Queremos dignidade, somos seres humanos acima de tudo. Nós já perdemos, muitas vezes, a nossa moradia, a nossa concha de proteção.

Então, previsão realmente não é prevenção. E torno a repetir: o fato é o evento, mas o pós — este, sim — é a tragédia para nós desabrigados.

Termino, Deputada, dizendo que eu sempre trabalhei em comunidade, mas sempre estive muito restrita ao meu bairro. Hoje represento, com muito orgulho, seis comunidades no Complexo do Morro do Baú e tenho participado de vários seminários e discussões. Conforme disse, nós da sociedade civil não somos inimigos e queremos até ser parceiros, porque estamos na ponta e vemos o que acontece. Mais do que isso, se eu puder contribuir, de alguma maneira, para que a minha filha, hoje com 4 anos, não passe o que eu passei em 2008, com certeza a minha luta e a luta dos que estão comigo na Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região do Morro do Baú – ADARB já serão válidas.

Não é momento nem questão de promoção, mas só quero que saibam que, eu perdi 14 familiares em 2008. De repente, é isto o que estamos fazendo: exercendo a tal de resiliência, em que apanhamos e temos de levantar.

Nós não ficamos sentados, apenas chorando os mortos e as perdas, nós estamos lutando. Mas, precisamos que este Congresso, a Câmara, que é a Casa do Povo, olhe para nós e nos escute. É isso que precisamos. É muito fácil participar apenas no momento do voto, no momento de limpar a sujeira da cidade para que ela esteja bonita na festa. O povo sempre teve isso à disposição. Nós precisamos ser ouvidos e, mais do que isso, respeitados, até porque aqui é do povo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Gostaria de agradecer a participação dos colegas, especialmente da Tatiana.

Às vezes, nós que estamos exercendo funções públicas — e refiro-me ao Congresso Nacional, pois a maioria dos colegas que estão aqui exercem funções públicas nos seus Estados — achamos que somos suficientes o bastante para



representar o povo ou saber o que está passando na cabeça das pessoas, mas não o somos. Acho que o Congresso Nacional deve acolher a fala da Tatiana, que é mais do que justa, e, inclusive, ouvir mais, não só ela, mas outros representantes, para que possamos acertar.

Quero lhe dizer, Tatiana, que a nossa ida a Santa Catarina tinha duas agendas. A primeira era na Assembleia Legislativa, para ouvir as representações da sociedade e colher subsídios para a proposta legislativa — a Assembleia é que teve a preocupação de fazer o convite, mas lamento que você não tenha sido convidada, porque acho que teria contribuído. A outra era ir à Universidade Federal de Santa Catarina, para conhecer o mapeamento das áreas de risco do Brasil inteiro, que ela está fazendo a pedido do Governo Federal,.

Este é realmente um tema novo no Congresso. Também acho que estamos atrasados para o debate, mas, somente neste ano, o Presidente da Câmara criou uma Comissão Especial sobre o tema. Ela tem prazo, então, no fim do ano, estaremos entregando um relatório. Acho que, pela importância do tema, deveria ser uma Comissão Permanente, por isso vamos levar ao Presidente da Câmara o debate de que a Comissão de Políticas de Prevenção de Desastres seja uma Comissão Permanente do Congresso.

Foi a partir das CPIs realizadas — sobre combate ao crime organizado e esquadrão da morte — que a Comissão de Segurança Pública da Casa virou Comissão Permanente e hoje debate o dia a dia da sociedade brasileira.

Então, é importante esta Comissão. Nossa ideia é fazer com que a proposta do Código de Proteção Civil, de que estamos dando conhecimento à sociedade a partir de hoje — por isso o seminário também —, chegue ao máximo de pessoas possível, nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, nas associações de moradores e nas associações de atingidos por catástrofes, seja nos morros, seja nas barragens.

Queremos fazer com que os documentos cheguem às pessoas. Vamos colocá-los também na Internet, para consulta pública, para que as pessoas possam opinar e a proposta do Código de Proteção Civil seja resultado não só de uma opinião do Congresso, mas também da sociedade civil, como você fez aqui agora.



Eu acho que quanto mais vozes o Congresso Nacional, o Executivo e as casas legislativas derem à sociedade organizada melhor para nós, melhor para o Brasil, melhor para a sociedade. Temos realmente que exercer a paciência de saber ouvir a sociedade, para colher, então, as opiniões e todos poderem ajudar.

Eu não tenho dúvida de que a sua contribuição e seu alerta vão nos ajudar a construir uma proposta muito melhor para o Brasil, que vai ser fruto das oitivas que estamos realizando.

Muito obrigada por sua contribuição, Tatiana. Vou transmitir aos Parlamentares de Santa Catarina a sua fala aqui, que está sendo gravada e transmitida e também será retransmitida durante a semana. Vou fazer questão de apresentá-la depois, por escrito, à bancada de Santa Catarina. Queria agradecê-la.

Ainda, são 16h40min, portanto, vamos ver se, até às 17h15min, conseguimos abrir o debate. Peço aos nossos dois expositores que permaneçam na Mesa. Os microfones estão disponíveis e há uma lista com seis pessoas inscritas. Se, até às 17h15min, tivermos tempo, abriremos mais inscrições.

O Sr. Cláudio Silva da Rocha é o primeiro inscrito. Vamos combinar: serão 4 minutos de fala mais 1 minuto para concluir, ficando 5 minutos ao todo. Controlem o tempo. Quando estiver faltando 1 minuto, eu dou uma batidinha no microfone.

O SR. CLÁUDIO SILVA DA ROCHA - Vamos tentar nos conformar a essa determinação.

Quero saudar a nossa Deputada Perpétua Almeida, Presidente desta Comissão, e todos os presentes.

Meu nome é Cláudio Rocha. Eu sou Coordenador de Defesa Civil do Município de Taquara, no Rio Grande do Sul, e coordeno voluntariamente, há 2 anos, um trabalho com oito Municípios.

Trouxe hoje uma manifestação desses oito Municípios, que já protocolei na Comissão, de contraposição à alteração da designação de defesa civil para proteção civil. Aliás, isso já foi uma conclusão tirada no Fórum Nacional de Defesa Civil ocorrido em Maceió, há questão de 1 mês, pois a *Carta de Maceió* registra esse posicionamento dos Coordenadores Defensivos Municipais e Estaduais que estavam lá.



Parece-nos, como já foi colocado aqui pelo o Prof. Marcos, que não adianta mudar o nome. A questão da alteração da denominação não nos trará resultado prático algum sob o ponto de vista da eficácia e da eficiência das ações de gestão de risco e desastre, muito antes pelo contrário: a proteção leva à interpretação de que o Estado vai garantir a incolumidade e integridade das pessoas independentemente das ações que essas pessoas devam fazer para sua autoproteção. Parece-me que o termo defesa está muito mais adequado, inclusive, a esse mantra que todos nós utilizamos, de que defesa civil somos todos nós.

É o momento de se pensar nisso, porque me parece que, na verdade, não há nenhuma finalidade prática na alteração do nome. Talvez seja só alguma coisa cosmética. Como isso já foi bem debatido, registro somente a nossa posição e a posição desses oito Municípios.

Outro aspecto que nos preocupa é a questão da criação de órgãos de defesa civil denominados de secretarias. Essa denominação faz com que se perca um pouco o real papel do gestor de defesa civil, que é o de coordenação. Ninguém pode pensar que cada Estado e Município deste País terá uma estrutura pronta, adequada, articulada e estruturada para fazer o enfrentamento dos desastres, seja na prevenção ou na resposta, sem que tenha uma coordenação.

O papel do gestor da defesa civil hoje é fazer com que a coordenação se articule, interna e externamente, com a sua comunidade e os órgãos públicos do seu Município, no sentido de construir toda uma estrutura capaz de fazer o enfrentamento não só no momento do desastre, mas fora dele.

Uma outra questão que também se confunde muito é o papel do coordenador. Nós não podemos pensar um coordenador municipal de defesa civil operacional, porque ele é, por essência, um coordenador.

O ponto 13, pelo que pude ler ainda hoje, rapidamente, é sobre a concepção sistêmica da atividade de defesa civil, que é mantida dentro do projeto. Mas, para que se tenha essa visão e essa concepção de sistema de defesa civil, Deputada, é preciso que os demais órgãos do sistema guardem determinada similitude organizacional e estrutural.

Sabemos que, por força da Constituição Federal, as nossas entidades federadas são todas independentes e autônomas; na verdade, o poder central não



pode determinar que o Município ou o Estado estabeleçam dessa ou daquela forma. Mas, no projeto de lei, permitirmos que o Conselho Nacional de Defesa Civil direcione e dite, por meio de resoluções, a organização do sistema e outras ações necessárias à questão da defesa civil — como já vemos em alguns exemplos no Brasil —, talvez seja uma forma de vencermos certas intransponibilidades constitucionais.

Esta é a contribuição que trago. Nós vamos apresentar algumas contribuições ao projeto de lei com certeza. Não o faremos neste momento, mas depois, por meio eletrônico.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Cláudio.

O próximo inscrito é Márcio Alves.

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Deputada, não acredito que usarei os 4 minutos, porque serei bem rápido.

Primeiramente, quero parabenizar os componentes da Mesa pela fala. São realidades que o Brasil vive e precisam ser revistas. Acredito que isso será possível de maneira definitiva, haja vista que esse assunto é debatido há muito tempo, não nesta Casa, mas em outros meios, principalmente de defesa civil.

Também quero enaltecer aqui a visão do Deputado Ademir Camilo, de propor uma consulta pública que dará o direito de as pessoas se manifestarem. A nota técnica também é muito interessante para que nós não fiquemos apenas no discurso e venham propostas efetivas, plausíveis e exequíveis, que possam realmente transformar o sistema de defesa civil brasileiro.

Essas propostas devem ser discutidas no meio da sociedade, sim. Não consigo imaginar que se possa fazer algo para beneficiar a sociedade sem que tenha a posição do povo brasileiro. Então, isso se faz necessário .

Pelo que sei, a Comissão tem conhecimento e estudou o resultado e as resoluções definidas pela Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária no ano passado, o que deve ter servido como base para elaboração desse material.



Nós e os coordenadores estaduais também estaremos participando desse debate, dispostos a colaborar para que tenhamos o melhor produto. Só lembro um detalhe: nós precisamos de algo que ocorra de maneira muito rápida, o que não quer dizer que seja um produto de má qualidade. Precisamos rapidamente de um arcabouço jurídico que nos garanta a efetividade das ações de defesa civil no Brasil, o que hoje, infelizmente, não possuímos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Márcio.

Com a palavra agora Admir Gervásio.

O SR. ADMIR GERVÁSIO MOREIRA - Eu sou o Coronel Gervásio, Secretário-Chefe da Casa Militar do Estado de São Paulo e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Sra. Deputada, mais uma vez, boa tarde e obrigado pela oportunidade. Gostaria, inicialmente, de parabenizar todos os palestrantes, começando pelo nosso Secretário Nacional de Defesa Civil, que teve que sair pois tinha um compromisso; a Sra. Sarah Marcela, que falou em nome de Santa Catarina; o nosso Dr. Ricardo Neiva, do Rio de Janeiro; o Dr. Marcos Ribeiro Pereira; e a Tatiana, pela fala que, acho, emocionou toda a plateia.

Quero dizer que o cenário de ocupação de áreas de risco continua o mesmo; há mais de 50 anos, vimos o mesmo cenário. Nós percebemos que não houve um trabalho efetivo de conscientização de todo esse povo, de todas essas famílias que ainda continuam ocupando áreas de risco. O poder público, quer seja federal, estadual ou municipal, vai continuar gastando dinheiro para recuperação das residências dessas famílias, se nós não fizermos um trabalho sério de conscientização e mudança de comportamento de todo esse povo.

Nesse sentido, parabenizo a manifestação do Coronel Humberto, que coloca, no seu arrazoado, a inclusão do tema defesa civil nos ensinos médio e fundamental. A partir daí, trabalhando com a criança e o jovem, iremos mudar a postura, os valores, os conceitos de cidadania da nossa sociedade, porque eles são o futuro do Brasil.



Nós precisamos dessa mudança forte de conduta e postura e, além disso, precisamos trabalhar fortemente políticas públicas verdadeiras, que resolvam essa questão e não fiquem apenas no faz de conta.

É preciso, de fato, que ocorra uma fiscalização efetiva no acompanhamento desses eventos. Nós podemos observar, por exemplo, no Rio de Janeiro, que o cenário continua o mesmo: há um investimento brutal em tecnologia, mas a ocupação da área de risco continua. Aí eu pergunto: será que não haverá nenhuma catástrofe no próximo verão?

Então, deixo registrada a nossa colocação. São Paulo já está preparando um expediente para somar a esse projeto. Acredito que, no mais tardar, em 1 semana, nós estaremos encaminhando e protocolando aqui a nossa proposta, o nosso apoio para fortalecer todo esse projeto que a Comissão está engajada em promover para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Almir.

Concedo a palavra à Sra. Aparecida Pereira.

A SRA. APARECIDA BENITO PEREIRA - Sra. Presidenta, primeiramente eu quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui contribuindo com um pouco do nosso dia a dia, um pouco do nosso campo de pesquisa.

Nós chegamos à conclusão de que o assunto defesa civil está muito distante do Congresso. Está comprovado que nós temos dispositivos e acordos internacionais, em que o Brasil faz a sua participação, mas não há a devida implementação. Penso que talvez seja essa uma das razões da demora de o Brasil ter sido inserido no Grupo Consultor Internacional de Busca e Resgate – INSARAG, como foi dito pelo Coronel Viana.

O apoio internacional vem, mas nós precisamos estar preparados para esse apoio no nosso ordenamento jurídico. Com relação à participação do Brasil na delegação da Conferência de Kobe, no Japão, o maior problema seriam os dispositivos normativos. Então, o Brasil está dando um passo à frente na avaliação dos seus riscos.



Mas, há um terceiro ponto, que é crucial para termos, de fato, uma Nação educada para essa mudança de paradigma: a cultura de prevenção, que, no compromisso internacional, é chamada de gestão de conhecimento de educação.

Se nós não priorizarmos a educação dentro dessa proposta de estatuto civil, formando desde o professor que está na academia, para atuar na sala de aula, nós não vamos chegar a esse resultado de autoproteção.

Além da nossa pesquisa, eu sou Coordenadora Municipal de Defesa Civil. Mas, pela minha experiência, eu não tenho condições de dizer: “*Enquanto Coordenadora, eu fiz isso.*” Não, enquanto Coordenadora, eu busquei estar — desculpem a expressão — na rabeira das instituições da sociedade civil, que é o Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Esse Conselho começou a tratar o assunto e levou a um despertar da administração local para o tema. Para 2012, nós conseguimos inserir, no orçamento do Município, a defesa civil enquanto unidade orçamentária. Não conseguimos isso através da Coordenadoria, pois a iniciativa partiu da sociedade civil organizada, que começou a atuar conforme a visão do art.144, de segurança pública e incolumidade das pessoas, e inseriu o tema defesa civil. Por isso nós tivemos esse avanço. Como havia dificuldade para tratarmos o tema, entramos no campo da pesquisa.

Deputada Perpétua Almeida, colocamos nossa pesquisa à disposição da Comissão e também vamos dar a nossa contribuição ao relatório do Deputado Glauber.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Aparecida.

Com a palavra o Messias Cardoso.

O SR. MESSIAS CARDOSO - Boa tarde a todos.

Em nome da Deputada Perpétua Almeida, cumprimento toda a Mesa, e, em nome da Idalina, nossa companheira de Minas Gerais, cumprimento os demais companheiros do plenário.

Deputada, eu sou Coordenador Municipal de Defesa Civil de Rondonópolis, no Mato Grosso. Lá em Rondonópolis, através do respaldo do nosso Prefeito José Carlos do Pátio e através dos nossos parceiros nos âmbitos municipal, estadual e



federal, temos desenvolvido várias ações na área de defesa civil, tanto de caráter preventivo quanto emergencial.

Já que a colega abordou a questão educativa, em Rondonópolis, nós também começamos a desenvolver um trabalho pedagógico com crianças das séries iniciais, inclusive em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, que forneceu o material pedagógico. É óbvio que precisamos avançar mais, mas foi um ponto inicial e já vemos resultados.

Podemos perceber —, acredito que não só em Rondonópolis como em todos os locais — que o tema defesa civil está muito distante da própria sociedade. Lá se chegou ao ponto de as pessoas confundirem defesa civil com Polícia Civil, pois elas não têm noção do que é defesa civil e quais são as suas atribuições.

Então, essa questão educativa, que foi abordada e está no relatório, é muito pertinente. Eu acredito que, conforme a colega disse há pouco, ela tem de ser aprofundada e trabalhada desde a tenra idade.

Paralelamente a isso, Deputada, temos de desenvolver algumas atitudes revolucionárias mesmo. Precisamos mudar essa questão cultural de só fecharmos a porta depois de arrombada.

Estou otimista e peço a Deus que dê tudo certo para que esse projeto possa ir avante, saia do âmbito da discussão e vá para a prática mesmo, para que a coisa possa funcionar.

Inclusive, quero parabenizar a Tatiana, de Santa Catarina, pela sua fala. Só quem realmente passou ou está passando por situações como as que ela citou sabe da gravidade, sabe como foi afetado e o que vem afetando toda a sociedade da região.

Nós também estamos dispostos a discutir e queremos participar desse processo. Levo para Rondonópolis e Mato Grosso a satisfação de ter participado deste seminário. Estamos à disposição para contribuir também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigado, Messias.

Com a palavra o Tenente-Coronel Monteiro.

O SR. MONTEIRO - Boa tarde a todos.



Eu gostaria, primeiramente, de parabenizar V.Exa., Deputada, por esta iniciativa. Quero também parabenizar a Sra. Tatiana pelo depoimento que reflete verdadeiramente o que as pessoas em áreas de risco enfrentam.

Eu sou Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros de Brasília, sou Comandante do Grupamento de Proteção Civil do nosso CBMDF. Venho aqui relatar a minha experiência na defesa civil do Distrito Federal, durante 3 anos e meio, período em que tive a oportunidade de visitar várias áreas de risco do Distrito Federal e observar que não basta somente fazer fiscalização, é necessário que também se entenda o passado daquelas pessoas e por que elas moram naqueles locais.

A defesa civil ou proteção civil — as pessoas estão querendo agora mudar o nome — começa no ventre da mãe; no momento em que a mãe começa a gerar seu filho, há necessidade de se realizar a proteção civil. À medida que essa criança vai crescendo e se desenvolvendo, se ela não tiver bom conhecimento para viver em sociedade, acabará adentrando essas áreas de risco.

É importante que venhamos a investir no conhecimento a ser passado para as famílias, para os pais e as mães saberem educar os seus filhos de forma correta, para que eles saibam, no momento em que forem adquirir um terreno para a sua moradia, verificar se o local realmente é razoável e seguro para instalarem sua nova família.

Quero propor que a Câmara dos Deputados invista em políticas voltadas para a educação das famílias — e não me refiro tão somente a famílias carentes, mas a todas as famílias das diversas classes sociais. Aqui no Distrito Federal, eu tive a oportunidade de visitar condomínios de classe média, onde pessoas construíram suas casas, bastante caras, em áreas de risco. Talvez em função da falta de conhecimento, elas, aproveitando o valor baixo do terreno, compraram seu lote e construíram sua casa com um valor bem alto.

Então, é oportuno e importante que se invista na educação voltada para a família.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Coronel Monteiro.



Está inscrito o Sr. Silomar Gomes.

O SR. SILOMAR ROBERTO GOMES - Boa tarde, Deputada, demais integrantes da Mesa e do plenário. Venho agradecer a oportunidade de termos, nesta tarde/noite com discussões tão importantes a respeito da nossa defesa civil.

Início a minha fala noticiando a este plenário e à Deputada, em particular, algo que consideramos como de importância inclusive histórica.

Sou Silomar Roberto Gomes e coordeno a Defesa Civil do Município de São Leopoldo. Há 30 dias, nós deixamos de ser uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil para ser a primeira Secretaria Municipal de Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Isso não é nenhuma benesse política, repito, isso não é nenhuma benesse política, mas uma compreensão do papel, do trabalho, da dedicação que a defesa civil tem para com a população.

Nós transitamos em dois espaços: somos Coordenadores da Defesa Civil por um período e introduzimos a temática defesa civil não só na nossa cidade, mas na região como um todo; mas saímos da situação de Coordenador da Defesa Civil para a de Secretário de Defesa Civil. Quem transita de uma situação para outra consegue, em 30 dias, perceber a significativa diferença entre o que é ser um coordenador e o que é ser um secretário. Básica e simplificadamente, entramos em situação de igualdade com os demais Secretários e tivemos, a partir disso, condições efetivas de coordenar a defesa civil junto com as demais secretarias, integrando o Prefeito nesse processo. Não temos mais a condição de subalternidade aos demais secretários. Estamos em situação de igualdade com eles. Essa é a fundamental importância, desculpe-me, Coronel. Essa é a fundamental importância.

Nós saímos de uma condição de subalternidade e passamos para uma situação de igualdade com os demais secretários do nosso Município, e nós não deixamos de coordenar os demais secretários, não deixamos de coordenar as demais secretarias, não deixamos de coordenar a defesa civil. Ao contrário: auferimos um grau maior de autoridade para que com isso possamos desempenhar melhor nossas funções, nossas tarefas, que, diga-se de passagem, são muitas.

No rastro disso, importa dizer aqui e agora que essa compreensão é fruto de três anos de discussão sobre a temática de defesa civil no nosso Município, na nossa região, no nosso Estado e no nosso País.



Estamos — permitam-me dizer isso também — experimentando os novos ares que emanam de Brasília que sugerem a criação de Secretarias Municipais de Defesa Civil nos Municípios, para guindarmos a defesa civil ao real papel de importância e de significado que ela deve ter nos Municípios.

Não é mais possível tratar defesa civil como coisa menor. As mudanças climáticas existentes no País requerem posturas à altura do tamanho do desafio. Não podemos ser menores.

Desculpem-me a emoção, mas há horas em que ficamos assim.

Peço a esta Comissão que sublinhe a importância desse tema, sugerindo — e nada mais do que isso pode ser feito — que as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil do País sejam paulatinamente guindadas à situação de Secretarias Municipais de Defesa Civil.

Sinto-me profundamente orgulhoso de ser o primeiro Secretário Municipal de Defesa Civil do meu Estado, o Rio Grande do Sul. É a primeira Secretaria, não por benesse ou por graça política, mas por trabalho, por competência mesmo, por entendimento político do trabalho que desempenhamos e devemos ter.

O segundo tema que gostaria de abordar aqui, aproveitando o espaço que me é concedido, é sobre a dialética da proteção civil e da defesa civil. Eu gostaria de me manifestar a respeito dessa questão.

Sou signatário da proposição que trata da possibilidade de passarmos a ser Secretaria Nacional de Proteção Civil, não por uma questão de forma somente, mas pela questão de fundo que está aí embutida. Eu sei que o tema é polêmico e que há muitos outros entraves nos bastidores que relutam contra mudanças.

De acordo com a concepção histórica, a defesa civil remonta a um período de guerra em que ela tinha outras concepções e outros entendimentos. As nossas defesas civis — não quero ser polêmico, por isso estou tentando medir as palavras para não criar muita polêmica — têm, predominantemente, o papel do militar em suas organizações. E acho que é de fundamental importância que esse papel seja dividido com a população civil também, haja vista o exemplo do meu Estado, onde a defesa civil é predominantemente da Polícia Militar. E nós, que estamos lá na ponta, somos da sociedade civil, a grande maioria. Então, cria-se certo desconforto de comando entre quem coordena a defesa civil no Estado, em alguns outros espaços,



e a população civil, que está lá na ponta coordenando a defesa civil. Nós temos de começar a entender isso como algo de grande importância.

Acho importante, sim, o papel do militar na defesa civil. Reconheço o papel, que é de fundamental importância. Só que muitas vezes percebo que o papel do militar é na segurança, enquanto a proteção da população tem de ser mais civil do que militar.

Desculpem-me a emoção. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Silomar.

Tem a palavra Alexandre Lucas, o último orador inscrito.

O SR. ALEXANDRE LUCAS - Isso significa que posso falar até... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não, você vai falar por cinco minutos. (*Risos.*)

Há mais alguém ali fazendo um apelo. Vou abrir a fala para ela, que depois vai mandar seu nome. Depois serão feitas as considerações finais, por cinco minutos, pelos nossos convidados.

Alexandre, você tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE LUCAS - Quero, ao cumprimentar a nossa Presidenta, dizer que sou sempre um otimista. Quero comemorar. Esse momento é comemorativo pela beleza do espaço democrático. Isso é muito legal, e podemos ver os contrapontos.

Por que quero comemorar? Sou militar da reserva, portanto sou agora um civil. Então, não vejo nenhum problema em continuar coordenando a defesa civil de Belo Horizonte, por ser um militar e agora sou civil. Quero comemorar, porque tudo o que foi dito aqui de certa forma está sendo prático. A população tem de ser ouvida? Está sendo ouvida aqui, está sendo ouvida nos espaços das audiências públicas, está sendo ouvida na consulta pública que vai ser colocada à disposição de toda a sociedade. Esses são os avanços.

Também concordo com o professor, com a Tatiana, com todo mundo, ninguém duvida de que, para se fazer política pública, têm de ser ouvidos os signatários e as pessoas que vão ser destinatárias dessa política. Mas quero comemorar, porque isso é um avanço. Nunca tivemos a oportunidade de discutir



defesa civil aqui no Congresso. Então, vamos comemorar. Senão, os discursos ficam, talvez, de ataque. Precisamos e estamos sendo ouvidos aqui.

Eu queria dizer que o momento aqui é de discurso legislativo. Temos um objetivo nesta Casa, que é a discussão legislativa. Então, temos de ter cuidado para não discutir questões sociológicas, porque elas não vão acabar nunca. O momento aqui, gente, é a oportunidade única de apresentarmos propostas concretas de mudança legislativa. Podem não ser as ideais, podem não ser as definitivas, mas este é o momento. Então, vamos nos concentrar, para que não fiquemos apenas fazendo discurso sociológico.

O discurso sociológico é importante, mas, na condição de coordenador em Belo Horizonte, tenho problemas com movimentos sociais que incentivam a ocupação de locais de risco. É um movimento social, é a sociedade. E aí vem o contraponto a que o Prof. Marcos, a quem respeito muito, se referiu: o problema da autoajuda. É difícil, na discussão da sociedade, essa questão. O movimento social incentiva a ocupação de áreas de risco, e sabemos que a ocupação de área de risco é uma irresponsabilidade, no sentido da própria autoajuda, na proteção contra desastres.

Quero cumprimentar a Comissão, porque, nessa consulta pública temos de apresentar propostas legislativas. É todo mundo deve ler esse relatório. Aliás, Sra. Presidenta, quero dizer que há inovações importantes. Nunca vi apresentarem à sociedade um pré-relatório para que possamos criticá-lo e apresentar sugestões, para depois ele virar relatório, e depois, então, ser votado. Então, temos de comemorar. Temos de comemorar.

Sou favorável à mudança da proteção civil, porque percebo, pelo nível das pessoas que compõem a Mesa e das discussões que estão sendo feitas, que a questão não é só mudar de nome. Não queremos, nem a Câmara, nem os operadores de defesa civil, nem a sociedade, nem a academia, ninguém quer só mudar de nome. Mas acho que a mudança de nome é importante, porque ela vai englobar não apenas o aspecto semântico, mas também toda uma cultura, toda uma mudança que envolve a sociedade civil nessa questão.

Por isso, sendo otimista e comemorando muito, gostaria de ousar dizendo que, talvez, temos diante de nós o evangelho da proteção civil, porque a palavra



evangelho significa boa nova, boa notícia. E, se eu fizer um paralelo com a Bíblia, considerando que o Evangelho de Jesus Cristo foi responsável pela recuperação e resposta de muitos desastres da minha vida, quero dizer que nós temos uma boa notícia em proteção civil pelo brilhante trabalho que o Congresso Nacional está fazendo.

Meus parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Alexandre Lucas.

Reafirmo aos colegas que realmente é a primeira vez que o Congresso debate esse tema. Sempre foi um tema do Executivo, que decidia aqui em Brasília e mandava para os Estados e Municípios cumprirem. E estamos tentando fazer de forma diferente, até porque no Brasil ocorre hoje a maioria dos desastres ambientais que ocorrem no mundo.

Amanhã, quando os organismos internacionais se posicionarem, talvez fique um pouco mais claro para nós a questão de defesa ou proteção civil. Quando fui à Plataforma Global para a Redução de Risco de Desastres, em Genebra, também tinha muitas dúvidas sobre isso. Mas aprendemos que, para garantir a proteção, a felicidade e a segurança do cidadão, é preciso ir muito mais longe e começar muito mais cedo, do que só depois correr atrás do prejuízo, e fui também compreendendo. Mas esse é um debate novo para mim — talvez não para vocês, que convivem dia a dia com o problema.

Por isso queremos fazer com que o Congresso Nacional também incorpore o debate. Antes de terminar o relatório da Comissão com a nossa proposta legislativa e entregá-lo ao Presidente da Casa, fizemos questão de massificá-lo.

Nós só pretendemos aprovar o relatório e a proposta na primeira semana de dezembro. Teremos pelo menos uns 20 dias para que ele circule nos Estados e para que os interessados possam opinar e melhorar a proposta. Eu não tenho dúvida de que as sugestões virão para melhorar a proposta legislativa que a Câmara deve votar. É isso.

A próxima inscrita é Cristiane Antunes, da Secretaria Nacional de Defesa Civil.



A SRA. CRISTIANE ANTUNES - Boa tarde, Deputada Perpétua Almeida, nobres representantes que compõem a Mesa, demais colegas da defesa civil.

O Cel. Lucas esvaziou um pouco a minha fala, porque, na verdade, queria registrar também a nossa comemoração, em nome da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Este é um momento único de debate, com o objetivo de tratar uma legislação de defesa civil desde o início, com todo o sistema. É dessa forma que vamos realmente conseguir mudar a realidade do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Adorei também a fala da Tatiana. Foi interessante tudo o que ela disse. Solicito a ela e a outras entidades da sociedade civil organizada que realmente participem do debate. Temos de participar com ideias e sugestões para que possamos colocar isso no papel e entender o que a sociedade civil quer.

Apresentamos várias sugestões e minutias. Desde que a Câmara instalou esta Comissão, temos feito um trabalho na Secretaria Nacional de Defesa Civil com os coordenadores, com o Conselho Nacional de Defesa Civil. Nesse trabalho, temos feito um levantamento em todos os Estados e temos solicitado a todas as pessoas do Conselho que participem com ideias, sugestões e críticas ao trabalho que está sendo feito.

Por vezes, o que temos notado na Secretaria Nacional é que recebemos muitas críticas da forma como o trabalho é conduzido, tais como: *"Acredito que seria melhor assim ou de outra forma."* Mas ideias mesmo, algo pragmático que possamos colocar na legislação, não aparecem, senão dos operadores de defesa civil, que são chamados estatais, ou seja, do Estado.

Então, isso é uma dificuldade, e nós fazemos essa intervenção com várias áreas da sociedade civil organizada e, por vezes, não temos respostas. Mas acredito que agora, com o debate sendo feito na Casa do povo, em uma Comissão que V.Exa. preside, serão feitas sugestões, talvez até por meio de notas técnicas, como foi muito bem dito pelo Deputado Ademir Camilo.

Já se passou muito tempo falando-se do que precisamos fazer, do que precisamos mudar. Então, vamos mudar, vamos fazer. Já estamos, como foi dito desde o começo, atrasados nessa questão. Então, vamos mudar. Se estamos tendo oportunidade, precisamos mudar.



Esse é um momento feliz para Secretaria Nacional, vibramos, comemoramos e estaremos presentes em todo esse processo, para que apresentemos a Secretaria não como um órgão único, mas como representante de todo um sistema, o que pode ajudar nas mudanças da defesa civil.

A questão referente à defesa civil, se deve ser militar ou não, é uma discussão antiga. A defesa civil tem de ser militar? Tem de ser civil? Logo quando entrei na defesa civil e me deparei com essa discussão num seminário — não sabia muito bem, não tinha um conceito formado quanto a isso —, o Dr. Lélio, já falecido, me disse: *"Menina, ponha na sua cabeça: não importa a cor do gato, importa se ele pega o rato."*

Então, cada Estado, cada Município tem a sua realidade e cada um tem de ter a melhor defesa civil possível, que atenda àquela realidade, podendo ela ser composta por militares, por civis, e assim por diante.

Para finalizar, quero registrar mais uma vez nossa alegria de estar participando deste seminário. A Secretaria Nacional de Defesa Civil está à disposição dos senhores, porque, como foi muito bem dito pela Deputada, por vezes a própria Secretaria já foi surpreendida com iniciativas legislativas das quais não tivemos participação efetiva. Então, esta é uma oportunidade única para todo o sistema.

Muito obrigada. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, querida Cristiane. Agora daremos a palavra, para as considerações finais, aos representantes da GEORIO e do Conselho Federal de Psicologia.

O SR. RICARDO NEIVA D'ORSI - Ao concluir, faço eco a esse grupo otimista que tem se manifestado. Tenho acompanhado diversas ações no âmbito do Poder Executivo; a sociedade civil tem se mobilizado em diversos locais; Municípios têm tomado conhecimento, estão amadurecendo. Recentemente foi criado o Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais — CEMADEN, que está se estruturando e fazendo uma série de ações no sentido de previsão.

É lógico que o nosso passivo é muito grande. Ficamos muitos anos parados e as coisas foram acontecendo, e não só no caso dos problemas associados a desastres naturais. Também temos passivos críticos em áreas de educação, de



saúde, de infraestrutura, e o cobertor é curto. Mas nunca se viram ações em tão grande número quanto essas, agora também no Poder Legislativo.

Então, por conta disso, eu, que sou uma pessoa otimista, acho que estamos caminhando na direção certa. É lógico que não estamos na velocidade ideal, mas pelo menos começamos a fazer isso. Acho que não tem volta, a sociedade está mais madura. Felizmente, acho que a filha da Tatiana vai ter um País melhor. Essa é minha opinião, eu também tenho uma filha pequena e estou torcendo e tentando contribuir para isso.

Então, teria de discordar um pouco do Sr. Gervásio, que, infelizmente, já saiu, mas não acho que está tudo a mesma coisa. Pelo menos em relação ao Município do Rio de Janeiro, estão coibindo a prática de ocupação de áreas de risco, estão sendo feitos mapeamentos para definir essas áreas, está sendo feita a instalação de sistemas de alarme sonoro para reduzir os riscos à população. Então, acho que isso tem sido feito, e a situação não é a mesma. Tenho esse sentimento.

Por fim, maiores esforços devem ser efetivamente feitos em situações pós-desastres, e é aí que estamos, em termos legislativos, pecando mais.

Foi dito aqui que não há acompanhamento efetivo das verbas e fiscalização. Porque, dependendo do nível pluviométrico, qualquer cidade vai estar em situação de risco. Se ocorrerem os níveis pluviométricos da região serrana na Suíça, haverá grandes problemas lá. Não fiquem imaginando que lá eles estão mais protegidos.

Podemos tentar galgar uma menor vulnerabilidade, ou seja, se os problemas começam a ocorrer com 50 milímetros de chuva, vamos fazer esforços para subir para 60 ou 70. Mas se chover de 150 a 200, vai ter problema em qualquer lugar do mundo.

Então, devemos fazer o máximo esforço para reduzir as consequências negativas até o limite da nossa vulnerabilidade e para criar uma legislação que beneficie ou que ajude aqueles que forem vítimas de desastres.

Essa é a minha opinião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Ricardo. Quero agradecer à GEORIO a participação.

Depois de encerrar, faremos um lanche aqui, antes de pegarmos a estrada e retornarmos para casa.



Para finalizar, tem a palavra o Sr. Marcos Ribeiro.

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Eu vou tentar falar em cinco minutos.

Várias pessoas se referiram a coisas que eu tinha tido, portanto sinto-me obrigado a debatê-las..

Primeiro, quero dizer que fiquei muito constrangido com a apresentação que a senhora fez — quero reclamar, Deputada —, porque entendi que o tempo todo estava falando para pessoas que achava que eu não teria o direito de estar aqui falando. Então, eu quero dizer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Dr. Marcos.

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não houve isso. Houve uma curiosidade.

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Não, houve constrangimento. É porque... Eu quero dizer para a senhora assim...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não, não. Só um pouquinho. Não houve questionamento das pessoas para mim. Houve uma curiosidade, porque é um tema novo para todo mundo. As pessoas queriam entender. E depois da sua fala, para nós foi muito mais explicativo e até melhor.

O SR. MARCOS RIBEIRO FERREIRA - Então, veja Deputada: o absurdo de uma reunião sobre defesa civil questionar qualquer profissional. É um absurdo. Se fosse filósofo, se fosse sociólogo, se fosse psicólogo, se fosse o que fosse, engraxate, qualquer pessoa que seja convidada para debater a defesa civil deveria ser escutada com respeito.

E quero dizer que o mesmo desrespeito que eu sofri é o que sofrem os afetados quando são encaminhados para um abrigo e não têm o direito de dizer como querem organizar o abrigo; quando vão para qualquer iniciativa e são obrigados a se submeter a uma racionalidade que eles não conhecem.

Então, primeiro, fui prejudicado e vou pedir para a senhora me dar seis minutos. Vou ganhar um minuto só com isso, para dizer que fiquei prejudicado porque fiquei sem saber: *“Eu respondo a esse absurdo ou conto o que já tinham me dito?”*



Eu já estava sob pressão, porque a fala não era minha. A fala era de um conjunto de entidades. Eu tinha de medir as palavras. Eu seria bastante mais eloquente, por minha vontade. Mas, então, eu serei agora eloquente ao dizer assim: em algum momento, o processo de democratização que o Brasil viveu tinha de chegar à defesa civil. E o problema não é ser militar ou não, Cristiane. O problema é que nós temos processos que não enxergamos quando tratamos de defesa civil.

Não entendemos os trâmites, as garantias de recurso, a destinação dos recursos feita nos Ministérios. Não entendemos. A impressão é que a Secretaria acaba tendo o papel de distribuir recursos segundo a vontade do Ministro, e não por critérios técnicos.

E a Cristiane trabalha lá. Estou me dispondo a debater, inclusive publicamente. Não quero mais debater em privado, porque você sabe que eu já me desgastei bastante dizendo as coisas em privado. Eu quero debater em público como que isso acontece. Então, não é possível admitir que alguém venha dizer: “*Não devíamos ter tal profissional aqui.*”

Segundo: infelizmente, o Secretário de São Paulo saiu. Mas o antigo Secretário, no lugar dele, o Cel. Kita, uma vez me perguntou: “*Mas, professor ...*” Eles têm a mania de me chamar de professor. Eu não peço, os colegas com quem eu trabalhava nesse espaço tinham a mania de me chamar de professor. Eu não pedia. Diziam: “*Mas, professor, o que é um abrigo digno?*” Eu respondia: “*Coronel*” — porque eu tinha certa intimidade com ele — “ é o lugar em que o senhor aceitar dormir.”

Eu duvido que alguém aqui dentro, inclusive a senhora, Deputada, aceite dormir em qualquer abrigo existente no Brasil. Eu duvido! Eu duvido que, aqui, alguém aceite tomar banho nas condições que oferecemos a nossos abrigados.

Então, a indignidade grassa, e aí a gente muda o nome para proteção. E resolve? Não resolve. Então, é nesse sentido que eu estou trazendo isso. Não resolve. Estou falando em nome das entidades. Não resolve mudar de nome. Resolverá se a gente mudar a lógica, e a lógica passa pelo que o senhor disse.

Não é que nós não podemos ter um coronel coordenador, porque do seu lado tem um excelente coordenador municipal, e é coronel da reserva. Agora civil. Eu não sabia. Chamei-lhe sempre de coronel. Desculpe-me. Ele é um excelente



coordenador e é coronel. Agora, para ser coordenador tem de estar na lógica da política pública, e não na lógica da hierarquia militar. Como é que eu vou fazer a gestão de uma política pública se não posso ser criticado?

Eu já ouvi coordenador dizer: "*Perguntaram-me onde eu estou gastando dinheiro. Daqui a pouco estão me colocando na penitenciária.*" Ele sentiu ser chamado de ladrão porque lhe perguntaram como fazia uso do recurso. Não é que ninguém tenha lhe acusado, tenha duvidado dele. Ninguém havia dito que ele estava errado. Perguntaram, e ele se sentiu chamado de ladrão. Por quê? Porque não está habituado a uma lógica em que qualquer um pergunta o que quer, Cristiane.

É verdade, o Dr. Lélio, de saudosa memória, estava certo. Não importa a cor do gato; tem de funcionar como gato. Não pode entrar na função de gato e funcionar como outro animal. Não pode, por exemplo, funcionar como jacaré, pois, se alguém chegar perto, leva uma mordida. Tem de ser na lógica da política pública. Os gestores de defesa civil, nos municípios, têm-se empenhado em desenvolver isso, Deputado. Têm-se empenhado em desenvolver isso.

Uma coisa que falta no documento — e desafio qualquer coordenador aqui a dizer se estou enganado — é que a gente não fala direito do semiárido.

Deputada, estamos impressionados com o excesso de água e, para nós, desastre é quando chove muito. Quando chove nada, não é desastre. É um erro, é um erro, porque desastre é o excesso e é a falta. A gente faz sistema para prever chuva, mas não faz sistema para prever desertificação, não faz sistema para apontar como vai dar para viver no semiárido. E um terço do território nacional é semiárido, inclusive no seu Estado.

Então, precisamos acrescentar um tratamento especial no documento que trata de proteção civil para o tema do semiárido. Não podemos deixar que só o excesso, só o que sai na televisão... Porque a falta de água, Deputada, escassamente sai na televisão, a não ser na terra de vocês. Aí sai. Quando, no Rio Grande do Sul falta água, sai. Se em Santa Catarina falta, não sai. E não sai no semiárido. Então, não podemos nos deixar pautar pelos meios comunicação para fazer a lei.

Eu ia responder ao Lucas, mas ele foi embora, sobre a diferença entre sociológico e legislativo, como se alguma decisão legislativa não fosse sociológica.



A Cristina Silva, que foi Diretora do Departamento de Minimização de Desastres, tem uma frase que fez certo sucesso entre as entidades no controle social. É a seguinte: este País conseguiu, em tempo recorde, colocar um brinco na orelha de cada boi do Brasil, que coincidentemente são 190 milhões. Não é possível que a gente não consiga fazer um sistema que garanta a segurança de cada um dos brasileiros.

Então, o problema — quero reafirmar— das entidades que desejam exercitar controle social não é o problema do nome proteção ou defesa, não é o problema dos militares, pois queremos ter os militares sempre colaborando. O nosso problema é o ponto de partida para se fazer a lei. É daquilo que tradicionalmente fez a defesa civil? Aí muda o nome, muda a roupa, e continua igual, ou nós vamos topar, a partir do sofrimento humano gerado pelo desastre, e vamos recombinar tudo. Porque, aí, vamos recombinar. Não é à toa, Deputada, concluindo, que os coordenadores municipais sejam os mais sensíveis ao discurso que eu estou fazendo aqui para a senhora.

Eu quero lhe dizer que eu estranhei o número de pessoas que encontramos no plenário hoje de manhã, porque ao tempo em que estávamos promovendo iniciativas no espaço da defesa civil, nenhuma atividade tinha menos de mil pessoas! Nenhuma! Nunca aconteceu uma atividade por Internet ou presencial... Está certo, Cristiane? Estou exagerando, as que você acompanhou? Todas elas tinham ou mil pontos de Internet conectados, se era uma teleconferência, ou o DEFENCIL, com 3.500 pessoas, foi uma beleza aquele evento.

Entendemos que a sociedade não quer discutir isso. E eu quero lhe dizer: discuta, discuta aos montes, aos borbotões. E quero insistir: nós não podemos topar a ideia de que não haja segurança para todos os brasileiros no curto espaço de tempo. Não podemos nem esperar todo prazo de negociação e o andamento de uma proposta. É preciso mexer isso logo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agradeço ao Dr. Marcos Ribeiro, reafirmo que as suas contribuições são importantes. Não só as suas, como as de toda a sociedade. E reafirmo que não houve nenhum questionamento do Plenário. Pelo contrário, o senhor foi bem ouvido. Aliás, as pessoas, acho eu, até gostaram da sua fala. Quando nós estávamos montando a



programação houve uma curiosidade, uma pergunta do porquê a Associação Nacional do Conselho de Psicologia... E o Deputado Glauber fez a maior defesa corretamente.

Portanto, o senhor e toda a sociedade são bem-vindos e nós vamos aguardar as suas contribuições, inclusive por escrito, para a nossa proposta, porque nós achamos que não é, e não pode ser, uma proposta acabada. Imagino que as pessoas que estão aqui hoje ou que vão assistir pela televisão, ou que vão ficar sabendo pela Internet, ou que vão receber a nossa proposta legislativa vão ter contribuições para dar.

Por isso, há necessidade de fazer essa abertura, de abrir o debate, de ouvir as pessoas, de ouvir a sociedade, porque é isso que o Congresso Nacional precisa fazer sempre! Ou concordando ou não! É assim que precisamos proceder. Por isso que o senhor está à disposição inclusive para nos encaminhar... Vamos receber tanto as suas sugestões como as dos demais colegas e companheiros da sociedade.

Quero lembrar aos colegas o seguinte: amanhã, pela manhã, no Plenário 3 deste corredor de Comissões, nós vamos ouvir a fala do Chefe do Escritório das Américas da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas; vamos ouvir também o Diretor de Cooperação Internacional e Engenharia para a Infraestrutura do Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte; vamos ouvir a Agência Caribenha de Gerenciamento de Desastres; e ainda o Coordenador de Operações e Administração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, que inclusive está aqui conosco; e vamos ouvir ainda o representante do Ministério das Relações Exteriores, o Dr. Milton Rondó; e ainda o Carlos Alberto, que é do IV Batalhão da Polícia Militar de Florianópolis.

Quero agradecer aos senhores que ainda permaneceram aqui nesta tarde a presença e convidar para um lanche aqui na lateral antes de irmos embora.

Muito obrigada, companheiros e companheiras. Até amanhã às 9h.